Em São Paulo e no Rio: Fora Alckmin e Cabral!
Páginas 4 e 5

Uma polêmica franca sobre a tática dos 'Black Blocs'
Páginas 14 e 15

Qual estratégia? Democracia burguesa ou socialismo?
Páginas 12 e 13

PSTU

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR NÚMERO 466 ► 14 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO DE 2013 ► ANO 16 R$ 2

MONTAGEM: RICADO MALAGOLI

VAMOS PARAR O PAÍS!

■ SANGRIA 1 – Nos dois mandatos do governo FHC, foram gastos,com bancos e grandes especuladores (proprietários de títulos da dívida brasileira, externa e interna) mais de R$ 2 trilhões com a amortização e refinanciamento da dívida pública do país.

■ SANGRIA 2 – Já nos governos do PT (2003 até 2012) foram gastos R$ 6.2 trilhões com o mesmo objetivo. Só em 2012, foram pagos mais de 750 bilhões de reais (43% do orçamento da União) para essa finalidade.

RAPOSA NO GALINHEIRO

Não é piada, mas sim uma tragédia. O governo acabou de nomear, com aprovação do Senado, um ex-advogado da UNIMED (uma das maiores empresas de plano de saúde) para a presidência da Agência Nacional de Saúde (ANS). A (ANS) é responsável por fiscalizar as empresas de saúde, para que elas cumpram a lei e atendam condignamente os clientes destes planos. É, literalmente, a raposa tomando conta do galinheiro. E a presidenta Dilma diz que está ouvindo a voz das ruas...

PÉROLA

"Tenho muito respeito pelo ET de Virgínia"

DILMA ROUSSEF, em entrevista a uma rádio Vanguarda FM. E o Chupa-cabras? *Folha de S. Paulo, 8/8/13.*

LATUFF

ACIDENTES E PRIVATIZAÇÃO

Na manhã do último dia 5, um vagão de um trem do Metrô de São Paulo da Linha 3-Vermelha descarrilou. O problema ocorreu em um trem reformado pela empresa TTrans, envolvida no escândalo de corrupção das obras do Metrô e da CPTM, o chamado "propinoduto dos tucanos paulistas". A reforma de trens, a aquisição de equipamentos e a manutenção de parte dos equipamentos da empresa passaram a ser desenvolvidos por empresas privadas. Isso explica o acidente. O resultado foi o aumento das falhas recorrentes nas operações do Metrô, que dobraram nos últimos três anos. Em 2010, o sistema registrou 1,51 incidentes notáveis a cada milhão de quilômetros percorridos. Em 2012, a quantidade chegou a 3,31.

MATARAM O GIGANTE

Fernando da Silva Candido estava internado há mais de um mês e morreu no último dia 31, por problemas respiratórios. Anão, Fernando sofria de doença pulmonar crônica. Contudo, a sua internação ocorreu após ele ter respirado gases lacrimogêneo e de pimenta durante o protesto no centro do Rio de Janeiro, no dia em 20 de junho. Segundo seus amigos, Fernando começou a se sentir mal no dia seguinte aos protestos e acabou sendo hospitalizado porque vomitava sangue. Dias antes de morrer, ele gravou um depoimento no leito do hospital no qual chamava: "Fora Cabral!".

SOLIDARIEDADE A LATUFF

O cartunista Carlos Latuff está sofrendo ameaças de morte desde que publicou, em seu perfil no Facebook, uma declaração sobre a morte do casal de PMs, que pode ter sido assassinado pelo filho. *"Garoto mata seu pai, que era policial da Rota...esse menino precisa de duas coisas: atendimento psicológico e uma medalha"*, disse o cartunista na rede social. Desde então, chovem ameaças contra ele. Na página *"Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar Rota"* foi publicado um post contra Latuff, seguido de vários comentários ameaçadores. *"Ao invés de ter matado o PM, deviam ter matado esse filho da puta..."*, comentou Felipe Gomes. Já Ernesto Augusto comentou: *"amigos da policia, não esqueçam o rosto desse merda e um dia não se esqueçam (sic) de dar o troco"*. Segundo o Portal da revista Fórum, Latuff não se arrepende da declaração e nem voltará atrás no que disse.

Leia!

Saiu a Correio Internacional nº 11

Saiu a nova edição da revista Correio Internacional. A edição traz artigos sobre a explosão das mobilizações pelo Brasil que, em seu pico, levou três milhões de pessoas às ruas das principais cidades do país. Também há uma análise política das manifestações no Egito, que levaram milhões de pessoas a se mobilizarem para derrubar o governo de Mohamed Morsi da Irmandade Muçulmana.

A edição também se dedica a uma análise sobre a situação e a política da Igreja Católica, a partir da nomeação do papa argentino Francisco I, e publica um artigo sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores na Bolívia.

APENAS R$ 8,00

Compre com o militante que lhe vendeu este jornal ou pelo site: **www.editorasundermann.com.br**

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Jeferson Choma, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Romerito Pontes, Thiago Mhz e Victor "Bud"

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

Vamos parar o país!

As mobilizações de junho mudaram a situação política no país. Agora, se discute política nas conversas durante o trabalho, em casa, nas festas. Pessoas que antes não participavam das lutas viraram ativistas. As pessoas estão mais animadas para se mobilizar. Os governos ficaram na defensiva, acuados pelas mobilizações. As grandes empresas, que dominam esses governos, ficaram apavoradas porque sentiram a ameaça de um processo revolucionário no Brasil.

Essa nova situação da luta de classes se concretiza em conjunturas diferentes. Tivemos as grandes passeatas de junho. Vivemos um ensaio de greve geral, em 11 de julho. As mobilizações diminuíram desde a segunda quinzena de julho, passando por esse início de agosto. Seguem ocorrendo mobilizações em defesa de inúmeras causas. Mas, sem a massividade das passeatas de junho ou das greves de julho.

A relação de forças entre as classes aberta em junho não se alterou na essência, mesmo com protestos menores. É isso que explica a onda de ocupações de Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas no país.

É PRECISO RETOMAR AS MOBILIZAÇÕES MASSIVAS

A situação política do país mudou desde junho. Mas só a situação política. Todo o resto ficou como antes. As pequenas vitórias ocorridas, como a revogação do aumento das passagens do transporte, são mínimas.

Os salários continuam baixos, o transporte caótico, a saúde e a educação pública seguem um desastre. A corrupção é gigantesca, envolvendo tanto o PT como o PSDB. O escândalo dos governos do PSDB de São Paulo com o metrô só demonstra o cinismo da oposição de direita ao criticar o mensalão do PT.

E, agora, existe o risco de que não se mude nada mesmo no país. Com a diminuição das mobilizações, o Congresso Nacional deixou de lado a "pauta positiva" que chegou a esboçar no auge das grandes passeatas de junho, que incluía o passe livre para estudantes. Nas cidades, se passa o mesmo, com as prefeituras e governos estaduais, que estão tentando retomar a iniciativa.

É preciso retomar às mobilizações de massa. Para isso, é necessário definir reivindicações e articular as lutas, porque não se pode apostar mais no espontaneísmo.

Existem, nesse momento, várias lutas contra os governos estaduais e municipais. O "Fora Cabral" e o "Fora Alckmin" ecoam em mobilizações no Rio e em São Paulo. A juventude está retomando as aulas e a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) está lançando uma campanha pelo passe livre que volta às ruas em todo o país.

A PREPARAÇÃO DO DIA 30

Mas, sobretudo, existe um novo marco para as mobilizações, o Dia Nacional de Paralisações, marcado pelas centrais para 30 de agosto. O dia 11 de julho passado foi uma das maiores greves que o país já viveu. Agora, o dia 30 pode ter uma importância ainda maior.

Já existe uma experiência acumulada que pode fortalecer essa segunda paralisação. E essa data está sendo articulada com as campanhas salariais do segundo semestre, que incluem bancários, petroleiros e metalúrgicos. Os bancários e professores já definiram uma paralisação nacional. Existe uma boa possibilidade de incorporação de metalúrgicos, dos trabalhadores da construção civil e outras categorias operárias, assim como do funcionalismo público. A juventude pode deflagrar uma greve nacional que pare as escolas de todo o país. E os trabalhadores dos transportes podem se incorporar em mais estados, caracterizando verdadeiras greves gerais em várias regiões. O movimento popular nas cidades e no campo pode se somar.

A paralisação nacional tem como reivindicações temas bastantes sentidos pelos trabalhadores, como a exigência dos 10% do PIB para educação, 10% do orçamento para saúde, o fim dos leilões das reservas do petróleo, fim do fator previdenciário e salário igual, trabalho igual.

Houve muito questionamento entre a vanguarda, em função da participação dessas centrais nas mobilizações de 11 de julho. Para julgar um movimento é preciso observar a suas bases. A grande paralisação do dia 11 de julho foi, por isso, um importante passo adiante: a classe operária entrou em cena e sua greve se enfrentou objetivamente com a política econômica do governo. Entre outras coisas, a mobilização criou uma contradição maior entre esses trabalhadores em movimento e suas direções governistas. Na hora em que esses burocratas decidirem dar um passo atrás, vão se chocar com suas bases.

Por outro lado, a desconfiança em relação a essas centrais pode ser muito positiva. Nada garante que a CUT e a Força Sindical se mantenham na convocação do dia 30, exatamente por serem burocráticas e governistas. Por isso, é necessário que a preparação dessas greves seja feita pelas bases, para que, caso as direções governistas recuem, o movimento possa ser preservado. Além disso, já está se dando uma polêmica clara com as direções governistas como a CUT e o MST, que querem desviar as mobilizações para o apoio à proposta política do governo de plebiscito. Temos de preparar, pela base, a mobilização e direcioná-la claramente contra o governo.

Por isso, a CSP-Conlutas e a ANEL, juntamente com movimentos como a Feraesp (Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo), A CUT-Pode Mais, a maioria da direção da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) e outros setores, estão chamando plenárias abertas nos estados para a preparação do dia 30.

Além disso, é muito importante que todos os novos organismos construídos desde junho, como o Fórum de Luta do Rio, a Assembleia Horizontal de Belo Horizonte, o Bloco de Luta de Porto Alegre e o Mais Pão Menos Circo de Fortaleza se incorporem na preparação do dia 30.

É necessário articular reuniões nos bairros populares, integrando as subsedes dos sindicatos, movimentos populares, e entidades estudantis que possam avançar na preparação pela greve das paralisações do dia 30 de agosto.

Vamos parar o país! ■

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - maceio@pstu.org.br | pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 pstubahia@gmail.com
pstubahia.blogspot.com
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056
fortaleza@pstu.org.br

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel.
(88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul.
(61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br
pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt-28, casa 02 - Setor Leste Universitário.
(62) 3541.7753 | goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo.
(98) 8812.6280/8888.6327
saoluis@pstu.org.br
pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto.
(67) 3331.3075/9998.2916
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001.
bh@pstu.org.br | minas.pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | uberaba@pstu.org.br

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825
belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C, 201. Centro

MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410
pernambuco@pstu.org.br
www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421.
teresina@pstu.org.br
pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458
riodejaneiro@pstu.org.br | rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro.
d.caxias@pstu.org.br

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro.
niteroi@pstu.org.br

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VALENÇA - sulfluminense@pstu.org.br

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado.
(24) 3112.0229 | sulfluminense@pstu.org.br | pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Av. Rio Branco, 762 - Cidade Alta - (ao lado do Centro de Atendimento ao Cidadão). (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br.
psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre.
(51) 3024.3486/3024.3409
portoalegre@pstu.org.br
pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm.
(54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831
floripa@pstu.org.br

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579
pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO - saopaulo@pstu.org.br

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 7452.2578

ZONA SUL - R. Amaro André, 87 - Santo Amaro. (11) 6792.2293

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 7071.9103

BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170.
bauru@pstu.org.br

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | campinas@pstu.org.br

GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484

MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530

PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos.
(16) 3637.7242 | ribeirao@pstu.org.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro.
(11) 4339.7186 | saobernardo@pstu.org.br
pstuabc.blogspot.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | sjc@pstu.org.br

EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro. (12) 3953.6122

SUZANO - (11) 4743.1365
suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas.
(79) 3251.3530 | aracaju@pstu.org.br

Rio de Janeiro: presidir uma CPI ou lutar pelo Fora Cabral?

RODRIGO NOEL

EM FRENTE À CAMARA DE VEREADORES DO RIO, encerramento do Ato pelo "Fora cabral"

MIGUEL MALHEIROS, do Rio de Janeiro (RJ)

Candelária, quinta feira, 8 de agosto. Centenas de ativistas recebem o esperado anúncio: a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi ocupada exigindo o Fora Cabral! Cumpria-se assim a resolução do Fórum de Lutas do Rio de Janeiro, ocupar a Alerj.

A passeata fechou a Av. Rio Branco. O "Fora Cabral" foi um dos gritos mais ouvidos junto ao ritmado "Cabral é ditador ôôôô". Chegando à Alerj, os portões da frente e detrás foram cercados pelos manifestantes. Mas já havia um grupo de manifestantes nas galerias da assembleia.

A superioridade militar do aparato repressivo impediu a entrada no prédio. Paulo Mello, presidente da Alerj, foi quem ordenou a brutal repressão às mulheres e homens que ocupavam o plenário. Resistiu-se enquanto deu, mas a superioridade numérica da Polícia Legislativa e as armas químicas lançadas contra os ocupantes (gás de pimenta) impediram a permanência.

A manifestação, em passeata, rumou para a Cinelândia, a ideia era montar um acampamento na frente da Câmara de Vereadores. A plenos pulmões ouviu-se pelas ruas do Rio: "Não adianta me reprimir, esse governo vai cair!"

QUAL POLÍTICA ADOTAR FRENTE ÀS MOBILIZAÇÕES

A passeata e a ocupação da Alerj estavam objetivamente a serviço da luta por derrubar o governo Cabral. No entanto, a passeata foi surpreendida por um grupo ocupou a Câmara de vereadores. Solidários, os manifestantes e as organizações presentes decidiram permanecer em frente à Câmara. Impulsionado pela ANEL, um acampamento começou a ser montado.

Mas uma ofensiva da PM retomou a lateral da Câmara e desmontou o início de acampamento. Porém, não conseguiu dispersar o conjunto do ato que, infelizmente, diminuía.

Durante a madrugada, os militantes do PSTU rechaçaram fisicamente um ataque de grupo fascista. Durante o ato, fora da Câmara, no carro de som (uma Kombi do Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu e Região, filiado à CSP-Conlutas) as mais diferentes posições políticas puderam se manifestar, incluindo aquelas que chamam contra a organização do Dia nacional de Lutas e Mobilizações, 30 de agosto.

Foi lida a posição dos que ocupavam a Câmara: presidência da CPI dos transportes para o vereador do PSOL, Eliomar (quem propôs a CPI); substituição dos vereadores que não assinaram pela CPI; audiências públicas e publicação dos documentos da CPI.

> Desviar as lutas para dentro das instituições do regime, rebaixando as reivindicações, enfraquece a luta para derrubar Cabral

Neste momento, ficaram explícitas as diferentes políticas frente às lutas e mobilizações que tem o Rio de Janeiro como um dos pontos altos.

A ocupação de prédios do legislativo é uma forma de ação radical, mas é preciso ver a serviço de qual política. A ocupação da Alerj foi uma ação pelo Fora Cabral, governador que amarga uma enorme rejeição em todo o estado. A ocupação da Câmara Vereadores foi por... Eliomar presidente da CPI dos transportes. Ou seja, a primeira enfrentava claramente o regime político. A segunda, desviava a luta para dentro das instituições do regime, das instituições do Estado burguês.

Isto com a decisiva participação de organizações que priorizam o calendário eleitoral, e que estão dentro do PSOL; por organizações que afirmam ter como eixo central acabar com qualquer tipo de Estado; e por aquelas que fazem centro em rejeitar a farsa eleitoral.

Na manifestação no Ministério Público, várias organizações políticas e vários dirigentes políticos fizeram cara feia ao coro impulsionado pelo PSTU: "Nenhuma ilusão! O MP também é enganação!".

Este é outro debate a ser feito – por mais que máscaras escondam rostos – as políticas são formuladas por pessoas de carne e osso, as organizações e seus dirigentes se reúnem antes para elaborar as políticas. Fazer isso é conformar-se como partido. Negar isto é parte de tentar enganar o ativismo.

QUANDO AS CPIS SÃO BEM-VINDAS?

CPIs podem e devem ser utilizadas pela esquerda para denunciar os governos de turno. Explicitar injustiças, irregularidades ou casos de corrupção. A CPI das Milícias, do deputado Marcelo Freixo (PSOL), cumpriu esse papel denunciando o poder dos milicianos e suas relações com Sérgio Cabral.

A luta parlamentar deve estar a serviço da luta dos trabalhadores e do povo e não o contrário. A política de CPI dos Transportes, lançada pelo PSOL, é um erro neste momento. A população sabe que a Fetranspor (Federação Patronal do Tranporte) é uma máfia e que os empresários lucram milhões com o direito de ir e vir dos cidadãos. A CPI de Eliomar quer provar o óbvio e alimenta ilusões.

É PRECISO AVANÇAR

A Câmara foi novamente ocupada na sexta feira, dia 9. O PSTU esteve dentro dessa ocupação e nos atos de sexta à noite e sábado pela manhã. A maioria decidiu desocupar, assim nos retiramos. Porém, discordando da decisão individual de alguns em permanecer, seguiremos defendendo os ativistas que estão na Câmara.

Não podemos concordar, também, com o novo manifesto lançado que denuncia o funcionamento da Câmara, as manobras da base governista, vinculações da máfia dos transportes com Cabral e Eduardo Paes, e que exige transparência.

A ocupação não chamou a fortalecer a luta dos profissionais da educação, ao contrário: "*Convocamos toda a população (...), os professores das Redes Municipal e Estadual que acabaram de deflagrar greve, para vir construir a ocupação da Câmara , fazer atos em apoio à Ocupação e nossas pautas, e trazer doações (comida, água, material de higiene e etc.).*"

Aos profissionais da educação em greve na defesa de uma educação pública e de qualidade pelo Fora Cabral, é um equívoco propor construir a ocupação, ao invés de construir sua greve. A ocupação deveria se colocar a serviço da vitória dessa categoria, e a serviço de fortalecer a luta pela derrubada desse governo inimigo dos trabalhadores e do povo.

BANDEIRA QUE SUMIU

Os ônibus desaparecem de madrugada. O metrô não supre as necessidades da população. Trens andam superlotados, passando direto das estações. As barcas se perdem no caminho. Não há manifestação na cidade em torno dos transportes que não levante a bandeira da estatização. Mas, para os que insistem em desviar as lutas para dentro das instituições do regime, esta bandeira desapareceu.

Desviar as lutas para dentro das instituições do regime, rebaixando as reivindicações, enfraquece a luta por derrubar o governo do estado. Afasta a possibilidade de discutir como construir um governo dos trabalhadores e do povo pobre em nosso estado.

Objetivamente, tais políticas, além de darem fôlego a Cabral, criam ilusões nas instituições do regime e, por este caminho, acabam fortalecendo o estado burguês. Assim, é necessário derrotar tais políticas.

Não foi só por vinte centavos: é por R$ 425 milhões

Escândalo de corrupção no transporte ferroviário, envolvendo multinacionais, atinge governo de São Paulo e PSDB. Fora Alckmin: corrupto e ditador!

ANA LUIZA FIGUEIREDO, ex-candidata à Prefeitura de São Paulo, e Altino Prazeres, presidente do Sindicato dos Metroviários-SP

PROTESTO CONTRA GERALDO ALCKMIN, OS CARTÉIS DO METRÔ E APOIO AOS ATOS CARIOCAS. Dia 2 de agosto

Uma grave denúncia de corrupção atinge o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). Um "propinoduto" para desviar recursos públicos das obras do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) foi montado durante os vinte anos de governos tucanos.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Ministério Público (MP) estimam que R$ 425 milhões saíram dos cofres públicos para abastecer o esquema. Segundo a investigação, o cartel superfaturou obras do Metrô e da CPTM em 30%. Isso significa que, de cada R$ 10 investidos nos trilhos, R$ 3 foram parar nos bolsos das empresas e de políticos ligados ao PSDB.

Os governos de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin assinaram os contratos e aditivos investigados. O governo paulista afirma que não sabia de nada e que foi vítima do esquema. Mas documentos revelados pela revista ISTOÉ comprovam que, desde 2008, tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Contas já alertavam os seguidos governos do PSDB sobre as falcatruas.

Mesmo com todos os avisos, o propinoduto foi mantido durante os vinte anos. Além dos documentos divulgados, investigações anteriores resultaram no indiciamento, pela Polícia Federal, de 11 pessoas ligadas ao partido. A verdade é clara: dirigentes do PSDB e empresas multinacionais envolvidas lucram com o propinoduto enquanto o povo passa sufoco em trens superlotados.

ALCKMIN CORRUPTO E DITADOR

Em junho, Alckmin ordenou o massacre da Polícia Militar contra os jovens que lutavam contra o aumento das passagens. Estudantes foram espancados e presos, e jornalistas saíram gravemente feridos. A repressão da PM causou indignação no povo brasileiro. Logo após, milhões foram às ruas em todo o país contra a repressão e o aumento das passagens.

Em Santos (SP), no dia 3 de agosto, Ricardo Ferreira, trabalhador terceirizado da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi morto com oito tiros depois de ser agredido por policiais na frente da universidade. Todas as evidências apontam para uma execução policial a sangue frio.

Em Campinas, no dia 8 de agosto, cerca de 150 manifestantes foram detidos pela Tropa de Choque da Polícia Militar após um ato pacífico em favor do passe-livre para estudantes e desempregados. A PM invadiu e desocupou violentamente a Câmara Municipal de Campinas, sem mandado de reintegração de posse ou aviso prévio.

ALCKMIN INIMIGO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

Segundo dados do próprio governo paulista, quatro em cada cinco escolas têm turmas sem professores. Existe um déficit de mais de 49 mil professores, o que representa 21% dos cargos. Os professores recebem salários miseráveis e trabalham em péssimas condições.

Na saúde pública, faltam hospitais, médicos e funcionários. O povo pobre morre nas filas. Para piorar, o governo estadual promoveu uma grande privatização do sistema de saúde, entregando à iniciativa privada boa parte dos serviços.

TOMAR AS RUAS CONTRA ALCKMIN

A mobilização de jovens e trabalhadores conquistou a redução das tarifas e fez a repressão recuar. Mas a luta não foi só por vinte centavos. Foi também por um transporte público de qualidade e por direitos como saúde e educação.

O governo responsável pelo escândalo do Metrô e pela repressão policial não pode continuar. É necessário varrer do governo, Geraldo Alckmin e todos os envolvidos no escândalo. É preciso uma investigação profunda e transparente do caso. O dinheiro roubado deve ser imediatamente devolvido aos cofres públicos e investido na redução imediata da tarifa do transporte.

É preciso tomar as ruas contra Alckmin, a corrupção e a ditadura! É necessário lutar em defesa do transporte público, da saúde e da educação!

PT NÃO É ALTERNATIVA

Infelizmente, o PT repete a receita tucana no governo federal e na cidade de São Paulo. Em junho, o prefeito Fernando Haddad aumentou a tarifa dos ônibus, apoiou a repressão aos manifestantes e só depois de muita pressão recuou contrariado. Fez tudo isso em acordo com Geraldo Alckmin na defesa do aumento das passagens.

Agora, Haddad segue de mãos dadas com a máfia das empresas de ônibus na capital. A CPI criada na Câmara de Vereadores para investigar as irregularidades no setor está terminando em pizza devido à orientação da base de sustentação do prefeito petista. A tática do PT, de CPI do transporte, é equivocada, pois os tucanos têm maioria na Assembleia Legislativa.

Haddad, assim como Alckmin, está ameaçando não cumprir o acordo que fez com a educação municipal durante a greve da categoria em maio. Para justificar mais este ataque, alega que, com o cancelamento do aumento das passagens, falta dinheiro. Essa é mais uma demonstração do descaso com a população e os serviços públicos.

O PT, nas prefeituras ou no governo federal, não é diferente do PSDB. Assim como os tucanos, se afundou na corrupção, como prova o mensalão. Na política econômica, manteve a linha neoliberal de grandes lucros para banqueiros e empresários.

Até nas privatizações, o PT não é distinto dos tucanos. Depois de privatizar aeroportos, portos e estradas, Dilma vai leiloar o pré-sal no dia 21 outubro. A venda do campo de Libra para as multinacionais vai significar a entrega da maior reserva de petróleo descoberta no país.

A estrela e o tucano nunca foram tão parecidos. Tanto é que estudantes e trabalhadores enfrentam, nas ruas, os governos do PT e os do PSDB.

O PSTU DEFENDE:

– Fora Alckmin, corrupto e ditador!

– Prisão e confisco de bens dos políticos e das empresas envolvidas no escândalo do Metrô!

– O dinheiro desviado no propinoduto tem de ser devolvido imediatamente e direcionado à redução da tarifa do transporte!

– Passe-livre para estudantes, idosos e desempregados, rumo à tarifa-zero!

– Fora máfia dos transportes do estado e dos municípios!

– Por um transporte público estatal de qualidade!

– Contra a precarização dos contratos de trabalho na educação e por aumento salarial dos professores!

– Contra as privatizações na saúde!

– Nem PSDB, nem PT: trabalhadores no poder!

ANEL: uma entidade livre para o movimento estudantil fazer história

CLARA SARAIVA, da secretaria nacional de juventude do PSTU

As Jornadas de Junho inauguraram um novo momento de lutas no Brasil. A explosão popular contagiou a classe trabalhadora, que entrou em cena em de julho e vai parar o país novamente no dia 30 de agosto. A juventude segue na luta, promovendo uma verdadeira onda de ocupações de Câmaras, reivindicando Passe Livre estudantil e estatização do transporte. As cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, São Luís, Belém, Maceió, Campinas, Recife e Rio de Janeiro tiveram suas Câmaras de Vereadores ocupadas. No Rio, os manifestantes ocuparam, também, a Assembléia Legislativa, protestando pelo "Fora Cabral".

Em agosto, um novo ator entrará em cena: o movimento estudantil organizado. Com a volta às aulas, já há assembleias estudantis marcadas e as entidades (centros acadêmicos, grêmios e DCEs) têm pautado, em suas reuniões, a adesão aos protestos. O movimento estudantil brasileiro tem tradição e é sensível às grandes transformações sociais. Foi assim em 1968, na luta contra a ditadura; em 1984, pelas "Diretas, Já!"; e, em 1992, pelo "Fora Collor". A entrada em cena do movimento estudantil pode potencializar ainda mais as mobilizações que vivemos, servindo como força social para curvar os governos e como faísca para os trabalhadores irem à luta. Agora, é fundamental refletir sobre que organização estudantil precisamos para atingir esses objetivos.

UNIFICAR AS LUTAS DISPERSAS PELO PAÍS

Desde a ocupação da Câmara dos Vereadores de Belém, realizada no dia 5, a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) lançou uma Carta Aberta chamando a construção da jornada de agosto. Através da onda de ocupações de Câmaras, a possibilidade de conquistar o Passe Livre já está ao alcance de nossas mãos. Se fizermos disso uma só luta nacional em agosto, sem dúvida, estaremos mais fortes para alcançar uma vitória.

Seja pelo passe livre, para defender a meia-entrada, combater as opressões ou reivindicar melhorias nas condições de ensino, nossa luta deve sempre estar unificada nacionalmente. É fundamental, portanto, unir as entidades estudantis aos fóruns populares criados em junho, além de trocar experiências e construir ações unitárias nacionalmente. Além disso, unir a ousadia e radicalização da juventude com a força dos trabalhadores, que podem parar o país. Só a ANEL, hoje, pode cumprir esse papel.

A LUTA SE FAZ NA RUA, COM INDEPENDÊNCIA

As lutas da juventude tiveram uma marca fundamental: deixaram os governos, todos eles, em uma enorme defensiva. Hoje, é o movimento que está pautando os debates na sociedade. A redução do aumento das tarifas, junto com as outras vitórias conquistadas, deixam claro que o caminho das ruas é o determinante para transformar a realidade, lutando com muita independência política e financeira.

A ANEL aposta nesse caminho! A luta contra a restrição da meia-entrada deixa isso muito claro. A presidente Dilma sancionou o Estatuto da Juventude, que ataca o direito à meia-entrada em eventos culturais, como cinema, shows e teatros, restringindo-a para 40% do total de ingressos de cada estabelecimento cultural. Enquanto nas ruas exigíamos mais, a UNE negociava com o governo federal a volta do monopólio das carteirinhas.

Esse exemplo deixa claro que para lutar por esse direito e tantos outros, é preciso ser oposição ao governo federal, ser independente. Aqueles que compõem e apoiam o governo, como é o caso da UNE e do PCdoB (que dirige a entidade há mais de 20 anos), jamais terão capacidade de ir até as últimas consequências.

Uma "Assembleia Livre" para nos organizar

A ANEL foi fundada em 2009 no Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Rio de Janeiro. Expressando o processo de reorganização do movimento estudantil, 90% dos delegados levantaram seus crachás pela fundação da ANEL. Desde então, a entidade organiza nacionalmente as lutas estudantis e, com muita independência e democracia, se fortalece de Norte a Sul do país. Prova disso foi a realização de seu II Congresso em maio, quando reuniram-se mais de 1.800 estudantes e foi aprovado um Plano de Lutas que armou o movimento estudantil para junho, julho e agosto.

O movimento estudantil não precisa de uma "nova UNE", não-burocrática ou não-governista, mas de uma entidade oposta a UNE. Mais do que uma fiel aliada a Dilma, Lula, Sarney ou Renan Calheiros, a UNE representa a velha política do movimento estudantil, tudo o que a juventude das Jornadas de Junho repudiou e atropelou nas ruas.

Desde o seu nome, ao programa e funcionamento, a ANEL representa o novo movimento estudantil. Como uma "assembleia permanente", qualquer estudante pode se fazer representado, apresentando suas propostas e decidindo seus rumos. Tudo é decidido pela votação da maioria. A cada dois anos, é realizado um Congresso Nacional, que vota seu programa e plano de lutas, antecedido por um processo democrático de eleição de delegados. Entre os congressos, as assembleias nacionais e estaduais dão vida às resoluções congressuais, aprovam campanhas e iniciativas da entidade. São as assembleias que decidem quem irá compor as Comissões Executivas da ANEL, que dividem tarefas para concretizar, na realidade, tudo que foi aprovado. Em cada assembleia os membros podem ser revogados.

"Corra, camarada! O velho mundo está atrás de ti"

Essa frase das manifestações do maio de 1968, na França, nunca foi tão atual. Desde 2011, vimos uma onda de mobilizações no mundo inteiro, protagonizadas pela juventude. Uma nova geração foi às ruas, impulsionada pelos seus sonhos, lutando por seu direito ao futuro. No Brasil, a ANEL é o instrumento que essa geração indignada tem para atropelar os aparatos burocráticos e construir o novo. Repudiando as velhas formas, a ANEL é livre e quer construir um novo mundo. Com a responsabilidade e ousadia de ir até as últimas consequências, sabe que para a juventude ter liberdade, é preciso estar unida com os trabalhadores e ser firme no combate a todas as injustiças sociais do capitalismo.

A CSP-Conlutas e os desafios para a organização dos trabalhadores

Central reafirma uma estratégia baseada na ação direta e na autodeterminação das massas, na democracia operária e na independência frente ao Estado, os patrões, aos partidos e aos governos

DA REDAÇÃO

A situação política aberta a partir das mobilizações ocorridas em junho, coloca novos desafios políticos para a esquerda revolucionária. Um deles é como aproveitar o novo momento para fazer avançar a organização da classe trabalhadora e de instrumentos que sirvam à transformação socialista em nosso país. Neste artigo, queremos mostrar o papel da CSP-Conlutas na nova situação política.

ARMAR A CLASSE COM UM PROGRAMA

O primeiro tema que precisamos debater é para que lutar? As lutas, em geral, surgem por questões concretas e necessidades imediatas, por conta das péssimas condições de vida dos trabalhadores e do povo pobre.

A tarefa dos militantes socialistas é, partindo dessas reivindicações, construir um programa que ofereça saídas para uma transformação do país, para que a classe trabalhadora colha os frutos daquilo que produz, e não uma minoria de burgueses privilegiados.

A CUT foi a grande ferramenta surgida das mobilizações que derrubaram a ditadura brasileira. A Central tinha um programa muito avançado e correto para aquele momento histórico e a democracia imperava nas suas instâncias. Com a adesão da CUT ao governo Lula, surgiu a necessidade de construir uma alternativa, resgatando um programa de independência de classe e retomando bandeiras abandonadas pela CUT.

A CSP-Conlutas reafirmou uma estratégia baseada na ação direta e na autodeterminação das massas, na democracia operária e no internacionalismo proletário. Recolocou na ordem do dia a independência frente ao Estado, aos patrões, aos governos e às demais instituições bem como a autonomia com relação aos partidos.

A Central defende uma estratégia socialista e a construção de uma sociedade justa e igualitária. Portanto, a discussão de um programa passa pelo debate sobre como organizar o Estado a partir das necessidades da classe trabalhadora e não dos interesses da burguesia.

A CLASSE TRABALHADORA EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

A divisão entre os trabalhadores, imposta pela aplicação do modelo neoliberal, trouxe a necessidade de superar as formas atuais do sindicalismo brasileiro, que organiza, essencialmente, os trabalhadores com carteira assinada e os empregados públicos. Surgiu a necessidade de se construir uma organização de massas. Por isso, a CSP-Conlutas sempre foi uma entidade sindical e popular, acolhendo setores da classe que não estão organizados nos sindicatos tradicionais: precarizados, terceirizados, movimentos populares urbanos e da periferia, da juventude e do combate as opressões, entre outros.

Nas manifestações de junho, foi forte a presença de jovens subempregados, estagiários, trabalhadores com nível de escolarização inclusive elevado, mas que ganham salários muito baixos. Num segundo momento, as mobilizações começaram a tomar conta de regiões periféricas, aumentando o protagonismo desses setores.

> A divisão entre os trabalhadores, imposta pela aplicação do modelo neoliberal, trouxe a necessidade de superar as formas atuais do sindicalismo brasileiro

As jornadas de junho confirmaram o potencial revolucionário das mobilizações populares e da juventude, quando elas assumem as demandas e se aliam aos trabalhadores. Mostrou, também, a importância da luta contra toda forma de opressão.

A disputa pela consciência e a incorporação dessa ampla massa jovem e empobrecida a um programa revolucionário serão decisivo para o desfecho positivo de uma revolução social no Brasil. Já está sendo assim, por exemplo, no Oriente Médio.

CSP-CONLUTAS NO DIA 11 DE JULHO NO ABC PAULISTA

O DEBATE SOBRE OPRESSÕES

Com o mesmo objetivo de unir a classe, é preciso discutir a organização para lutar contra a opressão. As ideologias burguesas – o racismo, a homofobia, a xenofobia, o machismo e outras formas de opressão – servem para dividir a classe trabalhadora. Lutar contra isso é condição fundamental para a vitória da revolução socialista.

As jornadas de junho foram uma expressão desse acerto histórico da CSP-Conlutas. Reivindicações como o "Fora Feliciano" ou contra o estatuto do nascituro e o genocídio da juventude negra, por exemplo, mobilizaram milhares de pessoas que se identificaram com essas causas. A participação feminina foi muito ampla e as mulheres chegaram até a ser maioria em muitas passeatas.

DEMOCRACIA E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

A CSP-Conlutas incorporou, desde sua origem, o combate à burocratização e à concentração de poder nas mãos de poucos dirigentes. Inclusive, a adoção de uma forma de coordenação sem presidencialismo, não foi por acaso. São as entidades filiadas que têm o poder de decisão. A entidade instituiu grupos de trabalho, setoriais e revogabilidade de mandatos pelas bases.

Isso não foi à toa. O processo de adaptação institucional da CUT e sua vinculação aos governos do PT foi acompanhado por modificações no seu funcionamento, que restringiram a democracia interna e a participação das entidades filiadas.

UM SÓ PROCESSO, VÁRIAS MANIFESTAÇÕES ORGANIZATIVAS

As jornadas de junho cumpriram um papel importante ao levar às ruas milhões de pessoas pelas mais diversas causas. Contudo, o espontaneísmo e a ausência de uma direção unificada, movida por um claro programa que atendesse aos interesses dos trabalhadores, revelaram as limitações do movimento.

Devemos lutar para unificar os sindicatos, a juventude, os movimentos populares e as formas organizativas que surgiram no calor das lutas de junho – Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, Bloco de Lutas de Porto Alegre, Fórum de Lutas do Rio, Mais Pão Menos Circo de Fortaleza etc. – na paralisação do dia 30 de agosto, propondo, por exemplo, a realização de plenárias de bairros para organizarmos juntos o Dia Nacional de Paralisações.

Devemos, também, dar muita atenção ao que acontece com a classe operária, determinante numa revolução socialista. Desde as greves nas obras do PAC, temos visto uma reanimação do movimento operário no Brasil, o que se confirmou com a paralisação de 11 de julho. Já existem fortes questionamentos à direção da CUT.

A CSP-Conlutas, da qual participamos, é um importante instrumento para a construção de uma nova direção para o movimento de massas no Brasil. Sabemos que ainda é minoritária, mas também sabemos que devemos fortalecer essa alternativa.

Fortalecer a luta dos trabalhadores ou para defender o governo Dilma?

Sobre Encontro Nacional de Movimentos Sociais promovido pelo MST

ZÉ MARIA DE ALMEIDA, presidente do PSTU, e **ÉLIO NEVES**, da Feraesp*

Aconteceu, no dia 5 de agosto, a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo era debater a situação atual do país e as tarefas dos movimentos sociais frente a ela. No entanto, a carta convite já adiantava uma avaliação e, principalmente, uma estratégia política frente ao cenário que se abriu no país com as manifestações de junho.

O encontro aprovou a realização de um plebiscito popular, organizado, coordenado e realizado por todas as forças populares, para convocar uma Assembleia Constituinte Exclusiva que tenha como meta a reforma política. *"Não será pelo Congresso, pelos ministérios nem pela presidência. O plebiscito é o instrumento para arrancarmos uma Constituinte Exclusiva e soberana que possa debater com a sociedade as mudanças almejadas pelo povo"*, diz matéria publicada no site do MST.

Na verdade, esse projeto desvia a atenção das manifestações de rua e coloca em segundo plano a ação direta. O MST propõe uma estratégia que passe pelas instituições, longe dos protestos das ruas. O objetivo é ajudar o governo. Hoje, as mobilizações e paralisações se chocam com o governo de Dilma Rousseff (PT). A matéria no site do movimento não diz uma palavra sobre o Dia Nacional de Mobilizações em 30 de agosto. Sequer a palavra paralisação é mencionada.

MST NA CONTRAMÃO DA REALIDADE

Vivemos um momento em que diversos governos, acuados pelas mobilizações populares, se viram obrigados a não aumentar as passagens. Os companheiros do MST dizem que é preciso mudar o sistema político para que os trabalhadores possam obter vitórias econômicas.

Nós também consideramos importante promover mudanças no sistema político brasileiro, totalmente controlado pelos grandes grupos econômicos. Porém os trabalhadores querem medidas como redução dos salários dos políticos, prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores, proibição de financiamento das campanhas por empresas, revogabilidade dos mandatos, entre outras coisas. Mas não é esse o debate que estará numa Constituinte Exclusiva.

A SAÍDA ESTÁ NAS RUAS, NÃO NO PLEBISCITO

Por outro lado, o Congresso Nacional, controlado por bancos e empresas, só vota projetos contra o povo. Por isso, estamos fazendo mobilização em todo o país para construir o Dia Nacional de Paralisações em 30 de agosto.

De qualquer forma, as questões mais importantes que são outras: é correto, num momento de ofensiva da luta dos trabalhadores no Brasil colocar em segundo plano as nossas reivindicações para lutar por uma Constituinte?

É preciso, mesmo, uma Constituinte para que Dilma suspenda o pagamento das dívidas externa e interna e invista estes recursos em melhorias na vida do povo? Para que Dilma suspenda os leilões das reservas de petróleo e pare as privatizações? É preciso uma Constituinte para que o governo Dilma decida investir 10% na educação pública? Ou para que Dilma pare de dar dinheiro para o agronegócio e invista na reforma agrária?

Todos sabemos, inclusive o MST, que a resposta a essas questões é não. Sabemos que estas são decisões de governo, que não as toma porque não quer. O argumento de Dilma em junho e de João Pedro Stédile agora, de que é preciso uma Constituinte, busca apenas livrar a cara do governo frente à cobrança das manifestações de rua e da luta dos trabalhadores, que avançam com o protesto de 11 de julho e a paralisação marcada para 30 de agosto.

MUDANÇA DA SITUAÇÃO FOI NAS RUAS E NÃO NO CONGRESSO

Houve uma mudança na realidade política do país, com a entrada em cena de milhões de pessoas, com a juventude popular, estudantil e trabalhadora. Os governos estão na defensiva, inclusive o governo Dilma e partidos aliados.

As massas estão mais fortes agora, depois da entrada organizada dos trabalhadores na luta, em 11 de julho. Esta conjuntura coloca a possibilidade de uma greve geral que derrote o modelo econômico atual e aponte para um programa de ruptura com os interesses capitalistas. Isto não é pauta econômica. É a pauta mais política que se pode levantar neste momento: contrapor os interesses dos trabalhadores aos interesses do grande empresariado.

É deste problema que Dilma quer fugir. Seu governo tem atendido prontamente aos interesses dos grandes capitalistas, ignorando os interesses da classe trabalhadora – que o digam aqueles que lutam pela reforma agrária. Se a luta dos trabalhadores fizer avançar a busca por suas reivindicações, vai ameaçar, necessariamente, os privilégios da burguesia e vai chocar-se, portanto, com o seu governo, que sustenta o modelo econômico.

É preciso questionar o modelo econômico vigente e os governos que o aplicam. É isso que pode levar às mudanças que precisamos no país. A plataforma unificada da Jornada Nacional , promovida pela CSP-Conlutas, CUT Pode Mais, Feraesp, CNTA e Setor Majoritário da Condsef é uma referência para a construção deste programa.

*Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

www.pstu.org.br
Leia a versão completa

O que defendemos

-Melhoria da qualidade e diminuição do preço dos transportes coletivos: chega de desrespeito à população

-Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas e aumento geral de salários

-10% do PIB para a educação pública: pagamento do piso nacional aos trabalhadores em educação, escola pública de qualidade

-10% do orçamento para a saúde pública: saúde não é mercadoria. Chega de filas e mortes nos hospitais públicos

-Fim dos leilões das reservas do petróleo: chega de privatização e entrega do patrimônio brasileiro

-Fim do fator previdenciário e aumento do valor das aposentadorias: respeito e dignidade para quem construiu esse país

-Redução da jornada de trabalho: trabalhar menos para ter qualidade de vida e tempo para a família

-Contra o PL-4330: chega de terceirizações e precarização do trabalho

-Reforma Agrária: terra para quem nela vive e trabalha

-Salário igual para trabalho igual: basta de discriminação à mulher no trabalho

Não pagamento das dívidas externa e interna aos banqueiros e especuladores

-Contra as privatizações do patrimônio e dos serviços públicos

-Chega de recursos públicos para as grandes empresas

-Cobrança imediata das dívidas das grandes empresas, nacionais e estrangeiras, com o INSS, FGTS, BNDES e Bancos Estatais

Redução da taxa de juros e fim do superávit primário

-Contra toda forma de discriminação e opressão

-Contra a criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores e da juventude

Precisamos de uma segunda independência

Ao contrário da propaganda petista, o Brasil não é um país soberano. As multinacionais controlam a economia e decidem o que fazer do país. Enquanto isso, o governo Dilma entrega o petróleo do pré-sal às petroleiras estrangeiras

JEFERSON CHOMA, da Redação

No dia 7 de setembro, os governos vão promover desfiles militares, dizer que são patriotas e que o Brasil é um país soberano. A verdade, porém, é bem diferente.

Há quase 200 anos, nosso país conquistou sua independência política formal. No entanto, desde a independência, sempre foi subjugado às grandes potências mundiais.

Apesar de toda a bravata dos governos de Lula e Dilma, do ponto de vista econômico, o Brasil continua quase que uma colônia dos interesses estrangeiros. Afinal, como falar em independência se a economia brasileira nunca foi tão dependente?

Atualmente, mais de 60% das grandes empresas instaladas no Brasil são multinacionais. As multinacionais representam 100% das montadoras; 92% do setor eletroeletrônico; 75% das autopeças; 74% das telecomunicações; 68% do setor farmacêutico; 60% da indústria digital; 57% do setor de bens de Capital; 55% do setor de bens de consumo; 50% na siderurgia e metalurgia; e 47% na petroquímica. No agronegócio, 30 empresas dominam o complexo agroindustrial e mais de 70% destas empresas são multinacionais.

O dado expõe a desnacionalização que nossa economia sofreu desde os governos de Collor a FHC. A desnacionalização foi provocada por privatização em setores estratégicos da economia e na aquisição de grande parte da indústria nacional pelo capital estrangeiro. Há muito tempo a burguesia brasileira se rendeu ao capital multinacional e perdeu sua independência. Hoje, ela transita entre sócia menor e gerente dos negócios multinacionais no Brasil.

Com o PT no governo, a desnacionalização continuou. Em 10 anos de governo petista, foram destinados bilhões de dólares às multinacionais na forma de benefícios fiscais - como a redução de IPI às montadoras - e o fácil acesso ao crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social). E o que as multinacionais fazem com esse dinheiro? Destinam grossas remessas de lucros para suas matrizes no exterior. De 2003 pra cá, o BNDES entregou quase 25 bilhões às montadoras. Nesse mesmo período elas enviaram 26.7 bilhões de lucros ao exterior. Na tabela ao lado é possível perceber a evolução dessas remessas durante os governos de Lula e Dilma.

O envio de dinheiro público para financiar os lucros das multinacionais dá exata dimensão do problema: não há uma sombra de soberania em nossa economia. Por isso, todo plano econômico aplicado por FHC, Lula e Dilma obedece as decisões estratégicas dos países imperialistas e do capital financeiro.

A dominação da economia pelas multinacionais também tornou o país vulnerável ao avanço da crise mundial que se aproxima. Caso avaliem que não terão os mesmos lucros de antes, as multinacionais deixam de investir e a economia brasileira seguirá para ruína.

METADE PARA DÍVIDA

Como falar em soberania se mais da metade de tudo o que o país arrecada em impostos é entregue aos bancos nacionais e estrangeiros. Como isso é feito? Com o pagamento das dívidas interna e externa.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, até o dia 4 de agosto, os pagamentos com a dívida pública já consumiram R$ 578 bilhões, o que representa 52% do gasto federal. No ano passado, 47,19% de todo o orçamento nacional foi destinado para pagar os juros e amortizações da dívida.

Mas o fato é que quanto mais se paga maior é a dívida. Segundo o Banco Central, a dívida externa alcançou a cifra de US$ 441,7 bilhões. Já a dívida interna chegou a R$ 2,823 trilhões.

A ENTREGA DO NOSSO PETRÓLEO

Em maio, o governo federal realizou a 11ª rodada de licitações de áreas de petróleo e gás. Na 11ª rodada, o governo vendeu 142 dos 289 blocos oferecidos em 23 setores distribuídos em 11 bacias sedimentares. Ao todo, 39 empresas de 12 países participaram, das quais 30 foram vencedoras, sendo 12 nacionais e 18 de origem estrangeira: Austrália (1), Bermudas (1), Canadá (4), Colômbia (2), Espanha (1), Estados Unidos (2), França (1), Guernesei (1), Noruega (1), Portugal (1), Reino Unido (3).

Foi o sexto leilão de privatização de nosso petróleo realizado pelo governo do PT. Os cinco primeiros foram realizados pelo governo do PSDB. As licitações significam um profundo golpe em nossa soberania e o governo pretende realizar mais.

Em outubro, está marcado o leilão da primeira área do pré-sal, o campo de Libra, na Bacia de Santos. O próprio governo diz que o leilão de Libra superará, em valores e ordem de grandeza de potencial de exploração de barris de petróleo, a 11ª rodada. Um verdadeiro saque sobre as riquezas naturais do povo brasileiro sem precedentes. Segundo estimativas recém concluídas, o campo pode ter em reservas entre oito bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo. Será a maior reserva já ofertada em um único leilão em todo o mundo. Ou seja, estamos diante de um dos maiores ataques da história de nossa soberania. Um ataque comandado pelo governo do PT.

Ano	Investimentos Montadoras (US$)	Desembolso BNDES (US$)	Remssa de Lucros (US$)
2003	673 bi	2.654 bi	436 bi
2004	793 bi	2.575 bi	274 bi
2005	1.050 bi	2.022 bi	498 bi
2006	1.451 bi	2.386 bi	1.340 bi
2007	1.965 bi	1.604 bi	2.700 bi
2008	2.913 bi	2.492 bi	5.600 bi
2009	2.518 bi	3.166 bi	3.800 bi
2010	3.654 bi	3.284 bi	4.100 bi
2011	4.971 bi	2.480 bi	5.580 bi
2012	4.000 bi	2.272 bi	2.272 bi
Total	**23.934 bi**	**24.935 bi**	**26.768 bi**

*Fonte: **BNDES, Banco Central e Anuário da Indústria Automobilística Brasileira – 2012 – ANFAVEA – Elaboração ILAESE. Faturamento da autoindustria é estimativa em base ao crescimento das vendas do setor em 4,6% em 2012. Investimentos da indústria auto em 2012 é estimativa da ANFAVEA*

Grito dos excluídos no dia 7 de setembro

Muitas manifestações estão sendo chamadas para o próximo dia 7 de setembro. Além de protestos convocados pela internet, os movimentos sociais convocaram o tradicional Grito dos Excluídos, protesto no qual o PSTU sempre marcou presença.

Apoiamos todas as manifestações a favor de nossa soberania. Afinal, não se pode comemorar o 7 de setembro como a "independência do país". Mas alertamos: não haverá nenhuma soberania enquanto for mantida a atual política econômica, o pagamento da dívida e entregar nosso petróleo às multinacionais, com fazem PSDB e o PT.

Devemos chamar os trabalhadores e a juventude a lutar por uma segunda e verdadeira independência, uma libertação do país do domínio imperialista.

Vamos parar o país dia 30

DA REDAÇÃO

Quando se abriu uma nova situação da luta de classes no Brasil em junho, os governos ficaram na mais completa defensiva. O clamor das grandes passeatas acuou os governos federal, estaduais e municipais. Todos foram obrigados a fazer pequenas concessões, como o recuo no aumento dos transportes.

Depois veio o dia 11 de julho, uma das maiores greves já vistas no país. Houve muito questionamento por um setor da vanguarda sobre a presença da CUT e da Força Sindical nessa mobilização. Mas ela foi um passo adiante, com a entrada em cena da classe operária. A CUT não conseguiu evitar que a greve ocorresse, e nem mesmo que tivesse um conteúdo de enfrentamento com parte da política econômica do governo. A Força Sindical, que está saindo da base governista, foi parte da greve, apesar da característica burocrática de sua direção.

UMA CONJUNTURA DISTINTA

Um processo da dimensão do brasileiro não tem apenas momentos de grandes mobilizações. Existem também os períodos intermediários, com lutas menores. Vivemos uma conjuntura assim, em que as lutas persistem, embora menores.

Nenhum dos problemas sociais do país foi resolvido. Os salários continuam arrochados e o endividamento cada vez maior. Os serviços públicos (transporte, saúde e educação) seguem caóticos. A inflação deu uma parada, em parte pela própria vitória do movimento que congelou o valor das tarifas de transporte. Contudo, essa situação é provisória. Logo a inflação voltará a disparar.

Existem muitas mobilizações de importância. No Rio de Janeiro, a luta pelo "Fora Cabral" levou a ocupação da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores, com vários atos a cada semana. Em São Paulo, o escândalo da corrupção do metrô reforçou a campanha pelo "Fora Alckmin".

A juventude, agora com a volta às aulas, vai de novo às ruas lutar pelo passe livre em mobilizações convocadas pela ANEL. Em muitas capitais, continuam ocorrendo ocupações de câmaras, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Campinas, entre outras.

Apesar da importância, as mobilizações ainda não retomaram a massividade de antes. Mas isso pode ocorrer a qualquer momento, e poderá retomar o ritmo de junho e julho.

O governo Dilma, que estava acuado e enfraquecido com as mobilizações, teve uma pequena recuperação nas pesquisas. Mas está longe da popularidade que gozava antes das manifestações. Dilma tenta sair da paralisia com iniciativas como o aumento da taxa de juros (para fortalecer ainda mais os banqueiros) e ampliar as terceirizações (para defender os empresários, precarizado os trabalhadores).

PREPARAR O DIA 30 PELA BASE

O 30 de agosto, Dia Nacional de Paralisação, marcado pelas centrais sindicais, pode ser o próximo grande passo das mobilizações. Convocado como continuidade da paralisação de 11 de julho, a data poderá ter mais e maiores greves. Pode também abrir uma série de lutas nas campanhas salariais que acontecem neste segundo semestre. O dia 30 de agosto pode ser uma data marcada por uma grande paralisação nacional que faça o movimento de massas retomar a ofensiva de junho. Mas isso não será fácil.

Como o Brasil não tem tradição de greve geral, será preciso explicar os objetivos da greve e seu programa para as bases. As principais bandeiras da paralisação são as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores como os 10% do PIB para educação, 10% do orçamento para a saúde, fim dos leilões do petróleo e do fator previdenciário.

Por outro lado, não está garantido que as centrais governistas sigam convocando a mobilização até o final. Como são direções sindicais burocráticas, podem ser atraídas por alguma proposta de negociação do governo e suspender a greve. Por isso, é necessário preparar essa greve na base das categorias. Se as centrais governistas recuarem, será possível manter a greve em vários setores.

Também é fundamental que o movimento sindical prepare o dia 30 junto com o movimento estudantil e popular. As plenárias estaduais, convocadas pela CSP-Conlutas, Feraesp, A CUT Pode Mais, e o setor majoritário da Condsef, devem abranger esses setores.

É preciso que os novos organismos surgidos das mobilizações de junho, como o Fórum de Lutas do Rio, a Assembleia Horizontal (Belo Horizonte), o Bloco de Luta (Porto Alegre), o Mais Pão, Menos Circo (Fortaleza), entre outros, discutam e se incorporem na preparação concreta do dia 30.

É muito importante que as mulheres, metade da classe trabalhadora, participem desse dia, que saíam às ruas e que se mobilizem por seus direitos. Não podemos admitir que, no governo da primeira mulher presidente, os salários entre homens e mulheres continuem tão diferentes.

Por fim, essa iniciativa conjunta deve ser levada aos bairros populares onde podem ser realizadas reuniões que unifiquem trabalhadores e estudantes na preparação da greve.

A OUTRA AMEAÇA AO MOVIMENTO

Existe outro perigo para o movimento. As organizações identificadas com o governo vão buscar desviá-lo para que não se choque com Dilma e os governos estaduais e municipais do PT. Já tentaram com a CUT na greve de 11 de julho e não conseguiram.

O MST promoveu uma Plenária Nacional dos Movimentos Sociais cujo objetivo é ganhar o movimento para a proposta do governo de fazer um plebiscito popular sobre a convocação de uma Constituinte para uma reforma política. Isso é desviar o ascenso das ruas para uma reforma política que não solucionará os problemas sociais do povo (veja p.8). O MST, ao lado da CUT, vai querer dar esse caráter ao dia 30.

Algo semelhante tentam em São Paulo. No dia 14, ocorre um ato pelo "Fora Alckmin". O PT tenta evitar que esse mesmo movimento se choque também com Dilma, ou assuma a luta pelo passe livre e se enfrente com o prefeito Fernando Haddad (PT). Quer também conduzir o movimento a apostar numa CPI para investigar os escândalos do metrô na Assembleia Legislativa, controlada pelo PSDB.

Infelizmente, o PSOL, que não é governista, também assumiu a mesma política de desviar as lutas para o parlamento. Por isso, o eixo do PSOL no Rio de Janeiro foi buscar apoio na ocupação da Câmara de Vereadores para um objetivo rebaixado: sua candidatura à presidência da CPI que vai investigar o transporte público. A Câmara, como todos sabem, tem maioria governista e a CPI vai acabar em pizza.

Não somos contra as CPIs para investigar a corrupção dos governos. Mas é errado desviar o foco de luta das ruas para a via morta dos parlamentos nesse momento. As CPIs não vão dar em nada, ainda mais com maioria governista nesses parlamentos. Isso pode levar o movimento à derrota.

0 de agosto

DIEGO CRUZ

Plenárias para unificar os ativistas e preparar a greve

Em Fortaleza foi realizada, no último dia 10, uma grande plenária de preparação da greve. Além da CSP--Conlutas e diversas entidades sindicais filiadas, a ANEL teve boa presença e o Movimento Mais Pão Menos Circo, surgido no calor das mobilizações de junho, também teve uma participação destacada. Participaram ainda os movimentos populares, partidos políticos (PSTU e PCB) e entidades filiadas à CUT e independentes, num total de 38 entidades.

Todas as entidades vão realizar assembleias nos locais de trabalho para construir a paralisação. Serão encaminhadas reuniões de preparação da greve e uma plenária de avaliação após o dia 30. Ficou ainda decidido que plenárias como a realizada em Fortaleza serão reproduzidas nas regiões do estado. No dia 23 de agosto acontece a plenária de Juazeiro do Norte.

Em São Paulo, capital, no Centro Transmontano, também no dia 10, ocorreu uma plenária estadual, com boa presença de entidades da capital e do Vale do Paraíba. Participaram sindicatos importantes como os metroviários de São Paulo, metalúrgicos e trabalhadores da alimentação de São José dos Campos, servidores públicos, além de representações de coletivos de arte, DCEs da USP e Unifesp, ANEL, movimentos populares, Movimento Mulheres em Luta e o Quilombo Raça e Classe.

A plenária serviu também para preparar a intervenção desse bloco no 14 de agosto que, entre outras bandeiras, vai denunciar o escândalo dos desvios de verbas pelo PSDB nas obras do metrô e a repressão do governo Alckmin.

Também foi feita a distribuição de parte dos 200 mil jornais de divulgação do dia 30 em São Paulo.

Avançam os preparativos para a paralisação nacional de 30 de agosto

Enquanto fechávamos esta edição, as entidades filiadas à CSP-Conlutas começavam a distribuir um milhão de jornais da Central, junto com a corrente A CUT Pode Mais, o setor majoritário da Condsef (Confederação dos Servidores Federais) e pela Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo).

A Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL) também mandou imprimir 200 mil jornais para distribuir em escolas e universidades.

Essas iniciativas são fundamentais para criar um clima de forte agitação política nas categorias e escolas, divulgar amplamente o programa comum das centrais e também os pontos específicos defendidos pela CSP-Conlutas e pela ANEL.

Junto com uma forte agitação na base, começam a ocorrer assembleias de diversas categorias para votar a adesão à paralisação do dia 30.

DIA 30 E A LUTA DAS CATEGORIAS

Nas greves dos trabalhadores da saúde do Rio Grande do Norte, em curso; na greve dos trabalhadores da educação do Rio de Janeiro, também em curso; entre outras mobilizações país afora, são parte do esforço para a construção do dia 30. A data, inclusive, pode e deve dar um sentido unificador a todas as mobilizações que ocorrem no país.

O último dia 6 foi uma data nacional de denúncia do PL-4330, que amplia as terceirizações. Além dos atos pelo país, houve paralisações em alguns locais como entre os gráficos de Belo Horizonte, petroleiros terceirizados de Sergipe, e assembleias na Embraer e empresas metalúrgicas de São José dos Campos.

Em Porto Alegre, uma manifestação com participação dos ativistas da CSP-Conlutas e CUT Pode Mais forçou a liberação das catracas do metrô por duas horas. Nesse período, nenhum passageiro pagou a tarifa.

Em Minas Gerais, os metalúrgicos da Federação filiada à CSP-Conlutas realizaram o lançamento da campanha salarial da categoria, com um ato unitário que percorreu as ruas de Belo Horizonte.

No conselho de entidades da CNTE (confederação dos trabalhadores da educação), filiada à CUT, a paralisação do dia 30 foi aprovada por unanimidade.

Decisão semelhante já havia sido adotada no Conselho de Entidades (ADs) do Andes - Sindicato Nacional (professores universitários), da Fasubra (servidores administrativos das universidades) e do Sinasefe (que representa as escolas técnicas).

No caso da Fasubra, a indicação é pela paralisação por toda a semana de 26 a 30 de agosto. A Confederação dos Bancários, filiada à CUT, também aprovou a paralisação.

Os ativistas da CSP-Conlutas, que estão nas bases dessas categorias, estão agora encaminhando as resoluções, realizar assembleias de base ou cobrando dos sindicatos da CUT que se negam a realizem assembleias para a preparação da greve.

Em categorias como os trabalhadores dos correios, processamento de dados, eletricitários, bancários, petroleiros, metalúrgicos, que tem data base nesse período, os ativistas da CSP-Conlutas estarão na linha de frente pela aprovação da paralisação do dia 30 de agosto.

Nosso programa central

- Chega de dinheiro para as grandes empresas! Dilma, rompa com os banqueiros! Por um plano econômico a serviço dos trabalhadores e da juventude!

- Nenhum dinheiro para os bancos! Não pagamento da dívida externa e interna! 10% PIB para a educação pública já! 10% do orçamento para saúde pública já! 2% PIB para transporte público já!

- Aumentos salariais já! Salário Igual para Trabalho igual! Redução e congelamento dos preços dos alimentos e tarifas!

- Fim dos leilões do petróleo! Petrobras 100% estatal! Reestatização das empresas privatizadas!

Radicalização da democracia

JEAN SALINES, de São Paulo (SP)

Abriu-se uma nova situação da luta de classes no Brasil com as mobilizações de junho. Os novos ativistas que surgiram se enfrentam com inúmeras questões estratégicas, que poderão definir o futuro das mobilizações. Abordamos algumas delas aqui, especialmente as que têm a ver com a questão da democracia e as classes sociais.

INDIVÍDUO OU CLASSES SOCIAIS?

Antes de tudo, é importante discutir uma ideologia que se desenvolveu ao longo dos anos 1990, fortalecida pelos longos anos de ausência de lutas no movimento de massas: o individualismo, o culto de tudo o que significa o predomínio do indivíduo sobre o coletivo. Essa é uma das bases ideológicas mais fortes do neoliberalismo que deu origem aos planos econômicos que se aplicam até hoje no Brasil.

O neoliberalismo cultua o individualismo, disseminando a idéia de que basta se esforçar pelo bem da empresa que o empregado pode progredir na vida. Os trabalhadores são estimulados a competir uns com os outros porque "os melhores podem ganhar mais". Isso se contrapõe à força das ações coletivas das assembléias, greves que ameaçavam o capital. O resultado é o reforço da dominação da burguesia sobre trabalhadores desunidos.

Não se tratava só de uma negação do coletivo, mas da negação também das classes sociais. O operário não precisava se identificar enquanto classe operária e, muito menos, identificar a burguesia como classe inimiga. Mas um trabalhador sozinho não pode enfrentar o patrão. Não pode parar uma fábrica. Ao contrário, devia se entender como um indivíduo, um "colaborado" que precisa se aliar à empresa para "progredirem juntos".

Muitas ideologias que cresceram durante os anos de ausência do movimento de massas reforçaram o culto do indivíduo. As ideologias pós-modernas fazem questão de rejeitar o coletivo, as classes sociais. A decepção e o repudio às ditaduras stalinistas, às burocracias sindicais, aos partidos burgueses e reformistas reforçaram o individualismo.

E ninguém está imune. Parte do movimento anarquista se distanciou do anarquismo clássico que, apesar de seus equívocos estratégicos, apontava para a perspectiva de revolução social e estreita relação com a classe operária. Agora, a maioria dos movimentos anarquistas não tem nenhuma estratégia de revolução, nem tem referência de classe. Param na defesa da ampliação da democracia e do "horizontalismo". Inconscientemente, apesar de serem contra a dominação capitalista, acabam por reforçar todas as ideologias individualistas que mantém essa dominação.

Para rejeitar o controle burocrático, propõe rejeitar toda forma de atuação coletiva. Cada um por cada um. Essa é ainda a ideologia dominante entre os ativistas das mobilizações de junho. Não se deve ter nenhuma organização, porque toda organização coletiva leva a burocracia. Os cartazes individuais, escritos à mão, são, por este motivo, a maior forma de expressão nas passeatas.

O fato das manifestações ocorrerem por fora da CUT e do PT foi extremamente positivo e despertou uma nova situação política no país. Mas para que esse processo siga adiante, essa espontaneidade inicial, senão superada, vai enfraquecer o movimento.

Um indivíduo pode não se reconhecer como parte de uma classe, e tampouco entender a situação política a partir da luta de classes. Isso não vai mudar a realidade que é determinada pela luta de classes, independente de ser ou não entendida por esse indivíduo. Expliquemos: a classe dominante, a burguesia, vai continuar dominando a sociedade. A dominação burguesa não é clara como a dominação da nobreza, dos monarcas etc. Ela ocorre sob o engano da "justiça para todos", do "voto universal", do "governar para todos". A burguesia, minoria absoluta da sociedade, domina através das instituições da democracia burguesa, em nome do "voto de todos".

A exaltação do "indivíduo" para se contrapor às práticas detestáveis das burocracias sindicais ou dos partidos burgueses não tem a mínima possibilidade de destruir a dominação da classe burguesa. Ao contrário, ajuda essa dominação ao negar a necessidade de uma alternativa coletiva. No caso, uma alternativa dos trabalhadores, uma classe social oposta à burguesia.

Em nossa opinião, é preciso construir uma alternativa coletiva, revolucionária, dos trabalhadores e estudantes para dar um novo rumo ao país. Isso é o que queremos dizer quando defendemos a necessidade de construir uma nova direção. Se isso não avançar, não haverá uma mudança real no país.

ORGANIZAR OU AÇÃO ESPONTÂNEA?

A discussão começa pela necessidade ou não de se organizar. O individualismo vem associado muitas vezes a uma defesa do espontaneísmo. Em um recente debate no Fórum de Lutas do Rio de Janeiro, uma ativista perguntava: porque se organizar ? Segundo ela, bastava resolver tudo na hora da passeata. Mais uma vez, predominava a desconfiança de qualquer organização como um entrave, uma burocracia. É a expressão de um movimento "horizontal", formado apenas por indivíduos. Não seriam necessários partidos ou sindicatos, nenhuma organização.

Isso pode ser muito simpático, mas é um erro grave. Estamos em uma luta e nossos inimigos, a burguesia e seu Estado, não agem assim.

A burguesia tem inúmeras organizações profissionais, altamente treinadas e equipadas para enfrentar as massas. As Forças Armadas, os serviços de inteligência, a imprensa, os partidos burgueses e reformistas, as burocracias sindicais, etc.

Como entrar nessa luta sem organização? É como enfrentar uma partida de futebol contra o Barcelona com um time improvisado, amador e que nem se dispõe a discutir a definição da posição em campo de cada um, a tática de jogo, etc. Não existe nenhuma possibilidade de vitória.

É preciso preparar e organizar os atos, passeatas e greves para se enfrentar com os governos, com a polícia, etc.

DECISÕES SENDO TOMADAS sob forma de votação durante a ocupação da Câmara de Vereadores em Porto Alegre

burguesa ou socialismo?

A própria existência de espaços como o Bloco de Luta, em Porto Alegre, a Assembleia Horizontal, de Belo Horizonte, o Fórum de Luta, do Rio, e o Mais Pão Menos Circo, de Fortaleza, é a expressão clara da necessidade de se organizar. É inegável o papel que estes fóruns cumpriram em lutas importantes, como passeatas e ocupações das Câmaras de Vereadores, por exemplo.

Isso não significa ignorar outras organizações existentes, como os sindicatos e partidos de esquerda. Não temos dúvida que a grande maioria do movimento sindical brasileiro, dominado pelas centrais pelegas, como a CUT e a Força Sindical, está há muito tempo vendido ao governo e às grandes empresas. Não é à toa que há poucos meses estávamos denunciando um projeto de flexibilização dos direitos trabalhistas proposto por um sindicato e apoiado pela CUT.

Mas o maior desserviço que o PT, a CUT e a UNE podem cumprir no movimento é levar milhares de ativistas a concluirem que toda forma de organização leva à burocratização e à traição. Se as organizações atualmente majoritárias não servem, é preciso criar outras que sirvam. Negar a direção dos sindicatos, não significa negar a necessidade dos sindicatos, mas construir uma nova direção para eles, através das oposições sindicais. Negar a CUT e a Força Sindical nos levou a construir a CSP-Conlutas, como uma central oposicionista e antiburocrática.

É isso o que propomos: negar o PT, o PSDB, assim como os partidos burgueses e reformistas. Mas não negar todos os partidos. Por isso estamos construindo o PSTU como um partido revolucionário, oposto a tudo que está aí.

CONSENSO OU DEMOCRACIA OPERÁRIA?

Nos debates que ocorrem desde junho nesses Fóruns de Luta, uma questão sempre vem à tona: como se resolvem as diferenças? A democracia do movimento pressupõe a possibilidade de diferentes opiniões, praticamente inevitáveis. Não só inevitáveis como positivas. O acordo completo em tudo é mais típico da imposição das ditaduras do que de um movimento vivo, rico em sensibilidades e experiências distintas.

As polêmicas devem ser bem vindas. Mas se mantém a questão: como resolver as diferenças? Muitas vezes, os que defendem o horizontalismo pregam a necessidade do consenso. Isso seria a expressão de um movimento sem líderes nem burocracias.

> Na verdade, o “consenso” não existe, porque o debate revela que as diferenças continuam presentes. A imposição de um “consenso” como pré-condição para que uma decisão seja tomada pode até parecer mais democrático, mas na prática impede a democracia, pois impede que uma maioria seja respeitada. É a imposição de uma minoria

Na verdade, o “consenso” não existe, porque o debate revela que as diferenças continuam presentes. A imposição de um “consenso” como pré-condição para que uma decisão seja tomada pode até parecer mais democrático, mas na prática impede a democracia, pois impede que uma maioria seja respeitada. É a imposição de uma minoria.

É na diversidade, no embate de idéias e posições diversas, que se constrói a democracia. Evidentemente, para que uma discussão seja democrática, é preciso ter tempo de discussão e espaço igual para que as todas as posições se expressem, sejam elas minoritárias ou majoritárias. Mas depois da discussão é preciso decidir por algumas das posições em debate. E é democrático que a maioria da base seja respeitada.

O consenso não evita que as burocracias se imponham. Evita sim que as bases possam lutar contra as burocracias. Um método muito mais eficaz é a democracia operária: as bases se reúnem em assembleias e votam por maioria. É assim que as bases passam por cima de muitas burocracias sindicais e impõem greves contra direções de sindicatos. O “consenso” impediria isso, porque um setor (a burocracia sindical, por exemplo) estaria contra a greve e, por isso, ela não poderia ocorrer.

Esse debate já ocorreu em diversos Fóruns surgidos no país desde junho. A necessidade de tomar decisões práticas, como fazer ou não fazer um ato, ocupar ou desocupar um espaço, defender uma ou outra bandeira, mostrou que o método da democracia operária, ou seja, a votação democrática, foi aplicado em todos esses espaços contra o “consenso”.

QUAL É A ESTRATÉGIA?

Essa é uma pergunta chave. Muitos ativistas, ao estender a visão “horizontal”, enxergam apenas uma democracia melhorada, a radicalização da democracia. É como se a democracia fosse elástica. Caso se ampliasse, poderia se impor a vontade das massas (ou da “multidão” de indivíduos) e, assim, expurgar os políticos corruptos, conquistar saúde e educação de qualidade etc.

Aqui, mais uma vez, se impõe uma discussão que supera o limite dos indivíduos. A “democracia” em que vivemos tem um caráter de classe. Trata-se de uma democracia burguesa. É a burguesia, proprietária das grandes empresas multinacionais e nacionais, que controla essa “democracia”.

O povo vota, mas não decide. As grandes empresas financiam os partidos majoritários, suas campanhas eleitorais e os grandes meios de comunicação. No Brasil, por exemplo, controlam o PT e o PSDB e seus aliados, assim como a “nova alternativa” de Marina Silva (que teve como vice em sua candidatura presidencial o presidente da Natura, uma grande empresa). Assim, os planos econômicos e políticos das grandes empresas são sempre vitoriosos, ganhe quem ganhe as eleições dentre esses partidos.

A justiça não é igual “para todos”. O pobre que rouba um pão vai preso e começa a apanhar de imediato. O rico ladrão e corrupto (assim como o rico assassino e estuprador) tem a seu dispor grandes advogados e juízes.

A polícia reprime as mobilizações e age com violência contra as comunidades carentes. Mas protege os ricos e suas propriedades.

A corrupção é parte constituinte da “democracia burguesa”. E não vai haver saúde e educação de qualidade enquanto as grandes empresas mandarem no país, pois o plano econômico é definido por elas. Só acabando com a dominação das grandes empresas e sua “democracia” é que poderemos mudar.

Somos, evidentemente, a favor de lutar por “mais democracia”. Propomos que os parlamentares recebam salários semelhantes aos de um professor. Defendemos a prisão e expropriação dos corruptos e corruptores. Essas são lutas parciais importantes, mas limitadas. Lutamos por aumentos salariais e não achamos que ganhando um reajuste hoje outro amanhã um dia chegaremos à superação da exploração capitalista. Mas porque através das lutas concretas dos trabalhadores podemos nos organizar e um dia acabar com a dominação burguesa.

A democracia burguesa não pode ser “ampliada” para se impor através dela a vontade das massas. Por trás do regime democrático burguês existe o Estado burguês, com suas Forças Armadas como base de segurança para a manutenção da propriedade privada das grandes empresas, caso essa esteja ameaçada.

A alternativa, portanto, não é “a radicalização da democracia” burguesa. Mas acabar com a dominação das grandes empresas através de uma revolução socialista.

A queda das ditaduras stalinistas e restauração do capitalismo na URSS proporcionaram uma gigantesca campanha de propaganda imperialista contra a revolução socialista. As ditaduras stalinistas não tinham nada de socialismo. Eram regimes controlados autoritariamente por burocracias que se aproveitavam dos Estados para garantirem seus privilégios materiais.

É possível expropriar as grandes empresas e utilizar todo o potencial da produção para satisfazer as necessidades do povo trabalhador e não para aumentar os lucros da burguesia. É possível já hoje ter um mundo sem fome, com as pessoas tendo saúde, educação e moradia.

E isso pode ser feito com uma democracia muito superior à democracia burguesa. A democracia operária, apoiada em organismos dos trabalhadores, é muito superior. Os trabalhadores elegem seus representantes e podem destituí-los na hora que quiserem, sem ter de esperar quatro anos como na democracia burguesa. Os temas mais importantes, como os planos econômicos, podem ser debatidos e decididos diretamente pelos trabalhadores e não nos parlamentos como na democracia burguesa.

A revolução russa, em 1917, foi um exemplo para a humanidade em seus sete primeiros anos, antes da burocratização stalinista. Havia uma democracia muito mais ampla que a mais democrática das repúblicas burguesas. Os trabalhadores debatiam e decidiam nos sovietes (conselhos operários) as questões mais importantes do país. As artes floresciam livremente e se produziram obras magistrais que ainda hoje são referências culturais, como a poesia de Maiakovsky, os filmes de Eisenstein.

Não achamos que possamos mudar o país com “mais democracia”. Defendemos uma revolução socialista que acabe com a dominação das grandes empresas e leve a um novo Estado, apoiado na democracia operária. Não somos “democratas”. Somos revolucionários.

Uma vez mais, sobre a polê

SILVIO ANTÔNIO, de São Paulo

Na última edição do **Opinião Socialista**, abrimos uma polêmica com os chamados Black Blocs, ou seja, com a tática adotada por um setor de manifestantes de promover a destruição de símbolos do capitalismo, como vitrines de bancos e grandes empresas. Muitos ativistas se surpreenderam com o artigo porque, até agora, nenhuma organização tinha ousado criticar publicamente a tática; como se o fato dos blackblockers estarem muitas vezes à frente dos confrontos ou serem perseguidos pela polícia os eximisse da crítica política.

Nós, ao contrário, consideramos que o debate aberto das diferenças, acompanhado da lealdade na luta e solidariedade mútua frente à repressão, sempre foi parte das tradições do movimento operário e socialista, tradição essa que nós reivindicamos (e, também, da tradição anarquista, reivindicada por muitos blackblockers). Não vemos nenhum motivo para que esse critério não seja aplicado também neste caso. Suprimir o debate de ideias é suprimir a própria essência da democracia do movimento. Mas, voltaremos a esse tema mais adiante.

De uma forma ou de outra, a polêmica foi aberta. Desde então, novos argumentos surgiram. Analisemos alguns deles.

NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DOS BLACK BLOCS

Antes de mais nada, comecemos por reafirmar o básico: somos contra a criminalização de qualquer movimento social, ativista ou organização. Desde o início dos protestos, temos defendido incondicionalmente todo e qualquer manifestante da repressão policial. Desde a CSP-Conlutas, por exemplo, onde atuam os sindicalistas do PSTU, garantimos a presença de advogados nas grandes delegacias de São Paulo e do Rio durante os principais protestos. E esses advogados conseguiram não poucos *habeas corpus* para os presos políticos de Cabral e Alckmin.

O PSTU tem como princípio a defesa incondicional dos movimentos sociais frente à repressão da polícia e do Estado, independente de possuir acordo político com as organizações e ativistas perseguidos. Coerente com isso, estamos absolutamente contra a repressão e a prisão, sob qualquer justificativa, dos Black Blocs, assim como de qualquer outro ativista dos movimentos sociais, seja ele anarquista ou petista, adepto de ações de vanguarda ou ativista de uma greve.

> Somos contra a criminalização de qualquer movimento social, ativista ou organização.

Esta ideia básica precisa ser reafirmada porque, infelizmente, muitas organizações e ativistas perderam esse reflexo elementar. Um triste exemplo disso foi a declaração de Marcelo Freixo, do PSOL, que no dia 18 de julho, em entrevista ao jornal "O Dia", disse: *"Não dá para concordar com quebra-quebra e claro que a polícia tem que prender quem estiver depredando o patrimônio público ou privado. A polícia tem que agir dentro do que a lei determina."*

A exigência de que a polícia prenda manifestantes, seja pelo motivo que for, vinda de uma importante figura do PSOL, é um desserviço completo ao movimento e favorece a criminalização das lutas. O Estado vigente busca a proteção e manutenção da democracia-burguesa e da propriedade privada, utilizando, para isso, serviços de segurança que deveriam estar a serviço da população.

Sobre esse aspecto em específico, estamos de acordo com o que muitos ativistas têm afirmado: que os crimes cometidos pelos bancos e grandes empresas são muito mais graves do que a destruição de algumas vitrines. Que se prenda, portanto, os banqueiros, não os blackblockers.

Outro exemplo, ainda mais grave, de ruptura com um princípio tão caro aos movimentos sociais partiu de um militante da CTB (Central ligada ao PCdoB) do Rio de Janeiro. No dia 11 de julho, na manifestação unitária do dia de paralisações e greves das centrais sindicais, um ativista Black Bloc foi agarrado e entregue à polícia, em uma ação de fazer inveja a qualquer P2.

Ações como essas devem ser condenadas veementemente pelo conjunto dos movimentos sociais, de forma a consolidar na vanguarda e nos fóruns do movimento o princípio de que, independente das diferenças entre organizações e ativistas, poderemos contar uns com os outros contra a repressão policial.

O QUE REALMENTE ESTÁ EM DISCUSSÃO?

Mas a defesa dos lutadores frente à repressão de nenhuma maneira pode se confundir com o apoio político às ações e à ideologia dos Black Blocs. Quando o PSTU se pronuncia contrário às bases ideológicas do movimento ou contra determinadas ações do grupo, não significa que concordamos com a campanha difamatória da grande mídia ou com a repressão policial. Queremos discutir com os Black Blocs pois, na nossa opinião, sua estratégia está equivocada. É um debate que não pode ser feito de outra forma que não seja pública, fraterna e aberta.

O debate é que, tendo surgido como uma tática defensiva contra as desocupações urbanas na Alemanha, nos anos 1980, os Black Blocs se transformaram em uma estratégia em si mesma, descolada do movimento de massas, desligada de sua consciência, de seus mecanismos e de sua vontade; se tornaram uma ação auto-centrada, que tem sempre um único e mesmo objetivo, independentemente da situação concreta e da correlação de forças: destruir símbolos do capitalismo, causando-lhes prejuízos financeiros.

> A luta contra a burguesia não é uma luta para causar-lhe prejuízos financeiros, mas sim uma luta para eliminá-la enquanto classe

Em recente entrevista à revista Carta Capital, um ativista blackblocker declarou: *"Nossa sociedade vive permeada por símbolos (...). Participar de um Black Bloc é fazer uso desses símbolos para quebrar pré-conceitos e condicionamentos"*. E, mais adiante: *"a estratégia Black Bloc é uma estratégia performática antes de tudo."* Ou seja, o objetivo dos Black Blocs é realizar sua performance independente da vontade e disposição das massas. Seu critério não é se sua ação atrai ou afasta os trabalhadores do movimento; se facilita ou dificulta o trabalho da grande imprensa em jogar o povo contra o movimento,

emica com os Black Blocs

ou se cria a justificativa, perante a população, para a repressão policial. Evidentemente não estamos dizendo que a polícia reprime as mobilizações por causa da ação dos Black Blocs. A polícia é parte do aparato repressivo do Estado burguês e é da sua natureza reprimir as manifestações. O que estamos dizendo é que a polícia, os governos e a imprensa utilizam as ações dos blackblockers como mais uma justificativa para essa repressão.

Na nossa opinião, a principal tarefa da vanguarda hoje, é massificar as manifestações de rua, dar a elas uma orientação política clara contra os governos e contra o capitalismo, levar a mobilização para dentro dos locais de trabalho e impulsionar os organismos democráticos do movimento (como a Assembleia Popular Horizontal de BH, o Bloco de Lutas de Porto Alegre e o Fórum de Lutas do Rio).

> A visão de que o debate de ideias ajuda a repressão – essa, sim, é uma ideia prejudicial ao movimento.

COMO LUTAR CONTRA O CAPITAL?

Os blackblockers afirmam que suas ações são direcionadas contra o sistema capitalista. Em um manifesto publicado na internet lemos: *"Acreditamos que a forma mais eficaz de atingir grandes corporações dá-se no âmbito financeiro. Daí o caráter hostil de nossas ações contra multinacionais e semelhantes."* (Manifesto Black Bloc). Ou então: *"Um dos objetivos do Black Bloc sempre foi promover grandes prejuízos financeiros às empresas identificadas com o sistema capitalista."* (Revista Mortal).

Estas frases parecem muito radicais, mas na verdade são muito moderadas. A luta contra a burguesia não é uma luta para causar-lhe prejuízos financeiros, mas, sim, uma luta para eliminá-la enquanto classe; para arrancar de suas mãos toda a riqueza que possui; para abolir o lucro e colocar o potencial produtivo das empresas nacionalizadas a serviço do bem comum. Ou seja, a luta pelo socialismo. Essa luta, por sua enorme dimensão e pelos inimigos que enfrenta, só pode ser uma luta de massas, uma verdadeira revolução. A mera destruição da propriedade pode ser uma forma de expressar o ódio ao sistema, mas sua eficácia, na luta contra o Capital, é nula.

AÇÕES DE VANGUARDA A SERVIÇO DA MOBILIZAÇÃO DAS MASSAS

Como condenamos as ações isoladas de vanguarda, muitos companheiros concluem, erroneamente, que o PSTU teria uma posição "passiva" em relação às massas. *"Vamos ficar sentados esperando?"*, perguntam. *"Não"*, respondemos. Somos a favor de que a vanguarda realize ações e atue corajosa e praticamente. Com uma única condição: que cada ação da vanguarda sirva para aproximar as massas do movimento, atraí-las; nunca afastá-las.

A vanguarda combativa e consciente pode e deve atuar: realizar atos, passeatas (mesmo que pequenas!), ir para a porta das fábricas e das escolas convocar e agitar, promover campanhas, divulgar denúncias etc. Mas, tudo isso deve ser feito para se aproximar cada vez mais das massas, captar seus anseios, esclarecer suas confusões, imputar-lhes coragem e confiança em suas próprias forças.

O que condenamos, portanto, não são as ações de vanguarda "em geral", mas uma ação muito específica: a tentativa, por parte de setores de vanguarda, de substituir as massas naquelas tarefas que só podem ser cumpridas pelas próprias massas.

A POLÊMICA PÚBLICA AJUDA A REPRESSÃO?

A afirmação de que, ao invés de criticar a tática dos Black Blocs, o PSTU deveria criticar a ação da polícia e do governo não faz o menor sentido. Em primeiro lugar, porque nunca deixamos de combater a polícia e o governo. Em segundo, porque a luta contra essas instituições não elimina a necessidade de crítica a um setor do próprio movimento, que é feita por razões completamente distintas.

A visão de que o debate de ideias ajuda a repressão – essa, sim, é uma ideia prejudicial ao movimento. Cria figuras ou organizações "intocáveis", que nunca podem ser criticadas politicamente porque são perseguidas. Ora, a repressão pode obrigar todos nós a lutarmos juntos, ombro a ombro (e com frequência obriga), mas jamais deve ser usada como argumento para forçar o alinhamento político.

Além disso, será mesmo verdade que a imprensa e o governo precisam das polêmicas internas do movimento para atacá-lo? Pensamos que não. Ao contrário: a demonstração pública de que, em nosso movimento, resolvemos nossas diferenças de forma democrática e através do debate é um ótimo "cala-boca" na imprensa, que tenta nos passar a pecha de "terroristas", "baderneiros" e anti-democráticos.

O QUE QUEREMOS COM A CRÍTICA AOS BLACK BLOCS?

Alguns companheiros nos acusam de tentar desmoralizar os blackblockers. Isso não é verdade. O que queremos, ao contrário, é justamente evitar a desmoralização de jovens muitas vezes sinceros e aguerridos, dispostos aos mais duros combates, mas que não têm estratégia nem programa. Queremos evitar, a todo o custo, que eles olhem mais tarde com desprezo para a classe trabalhadora, se ressintam de que ela não entendeu suas ações valentes, não se levantou em sua defesa e, então, abandonem a luta. Ao longo da história, não foram poucos os lutadores que se perderam por este rumo. Eram sempre os mais valiosos, os mais corajosos, mas também os mais impacientes.

Outros companheiros se surpreenderam com a polêmica que abrimos. E nós nos surpreendemos com a sua surpresa porque lembramos de nossa própria história. Surgimos, como organização, em meados dos anos 1970, no auge da luta armada. Nosso primeiro documento público foi um pequeno artigo intitulado *"A propósito de um sequestro"*, uma dura crítica política às organizações guerrilheiras, heróicas em suas ações, mas afastadas da vida real e das pequenas lutas da classe trabalhadora, a única força potencialmente capaz de derrubar a ditadura naquele momento. Não foi uma polêmica fácil. Alguns anos mais tarde, quando todas as organizações guerrilheiras já se encontravam destruídas e seus líderes mortos ou exilados, as greves operárias do ABC colocaram os militares em xeque, e a história nos deu razão. Seria prudente não esquecer esse tipo de lição que o passado nos oferece gratuitamente e em abundância.

Sim, nosso projeto tem pressa; ele sempre teve pressa. Mas a história não constrói atalhos. E o movimento de massas e sua vanguarda não podem vencer nutridos do auto-engano. Eis, em resumo, o sentido de toda a discussão. ■

Governo anuncia compra de terreno, mas a luta continua

Após reocupação relâmpago do terreno do Pinheirinho, no dia 19 de julho, governos anunciam construção de casas às famílias despejadas há um ano e meio

EX-MORADORES pressionam poder público em manifestação pelas casas

ANA CRISTINA, correspondente de São José dos Campos (SP)

Há um ano e meio, ocorreu a reintegração de posse do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), uma das maiores desocupações já realizadas no país. Porém o despejo das 1.800 famílias não significou o fim do movimento por moradia.

Ao contrário. Os ex-moradores não pararam de lutar e, este mês, os governos federal, estadual e municipal finalmente anunciaram o local para a construção de casas às famílias despejadas.

Um terreno de 645 mil metros quadrados no bairro Putim 2, região sudeste de São José, será o local para construção das moradias. A estimativa é que o contrato com a construtora seja assinado em 30 de novembro deste ano. A empresa terá 90 dias para começar os trabalhos, que devem durar 15 meses.

As informações foram passadas oficialmente à Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais (ADMDS), que representa as famílias do Pinheirinho, em reunião no dia 5 de agosto.

MUITA LUTA E RESISTÊNCIA

Ainda no ano passado, os governos federal, estadual e a Prefeitura já haviam anunciado a construção de moradias e acordado que o projeto aconteceria por meio do programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. Com isso, a idealização da obra e sua execução estariam sob a direção da associação de ex-moradores do Pinheirinho, a ADMDS.

No entanto, desde então, houve muitas dificuldades. A primeira foi encontrar um terreno adequado e com um mínimo de infraestrutura.

Chegou-se a encontrar uma boa área no bairro de Interlagos, e um pré-projeto de cerca de 500 apartamentos foi elaborado com a assessoria da Usina, Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (CTAH).

Cada unidade teria 63 metros quadrados de área ao custo unitário R$ 96 mil. Mas, logo surgiu o questionamento sobre se o projeto encontraria uma construtora que estivesse disposta a executá-lo com essa metragem e preço. Havia certa pressão para se reduzir o custo de produção, a começar pelo tamanho dos apartamentos. O projeto terminou não prosperando por irregularidades na documentação do terreno.

Desde então, recomeçou uma nova peregrinação em busca de terrenos. A maioria das áreas era muito acidentada. Outras não eram regularizadas ou estavam em boas condições, mas logo tiveram seu preço de venda aumentado, saindo do enquadramento do preço de R$ 96 mil por apartamento.

OCUPAÇÃO RELÂMPAGO

Quase um ano já havia se passado desde que começaram as negociações em torno à construção de moradias. Enquanto isso, o Pinheirinho voltou a se tornar um terreno abandonado, sem nenhum fim social, acumulando uma dívida de R$ 30 milhões com os cofres públicos.

Indignados, no dia 19 de julho, cerca de 400 ex-moradores do Pinheirinho fizeram uma ocupação relâmpago para protestar contra a enrolação em construir as casas e pelo aumento do valor do auxílio-aluguel, de R$ 500, que não é suficiente para pagar uma moradia na cidade.

O protesto reabriu a ferida do drama do Pinheirinho e, no dia 5 de agosto, os governos federal, estadual e a Prefeitura anunciaram a compra do terreno no bairro Putim 2. Isso significou uma vitória, já que a compra da área e os prazos concretos foram, enfim, definidos.

No entanto, a proposta inclui uma mudança na forma da produção das moradias. Inicialmente, a construção das casas seria feita com base no Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, por meio do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Agora, a proposta é que sejam construídas através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O projeto e sua execução estarão nas mãos da construtora contratada pelo governo.

O VERDADEIRO PROBLEMA

A luta dos ex-moradores do Pinheirinho deixa claro os limites do projeto Minha Casa, Minha Vida, que não é acompanhado por uma reforma urbana e fundiária. Não basta crédito e subsídio.

"Para poder se enquadrar no custo unitário da moradia prevista no projeto, é necessário recorrer a terrenos mais periféricos e menos urbanizados. Quando encontramos terrenos melhores, em áreas com certa infraestrutura urbana, ainda que na periferia, nos deparamos com a especulação imobiliária", explica o presidente do PSTU de São José dos Campos e advogado dos sem-teto, Toninho Ferreira.

Na verdade, o fato de se utilizar o FAR ao invés do FDS é uma forma de excluir os ex-moradores da gestão do projeto.

"Todo o programa passa para as mãos da construtora que adquire o terreno e constrói as unidades habitacionais de forma a garantir sua taxa de lucro. Isso se dá não só pela redução dos custos de produção, mas principalmente pela renda extraordinária extraída da compra e venda do terreno", disse Toninho.

Um projeto de moradia que esteja a serviço dos interesses da população trabalhadora tem de combater a especulação imobiliária e a lógica capitalista na produção de moradias. Para isso, urgem medidas como instituir o IPTU progressivo, expropriar áreas sem fins sociais e constituir um banco de terras públicas.

A LUTA CONTINUA

Com a definição da área no Putim 2 e a construção das casas, como reivindicavam as famílias, foi dado o primeiro passo.

"Mas nossa luta continuará até garantir que as casas saiam do papel e se concretize, de fato, a entrega das unidades a cada família. Junto com isso, queremos que de alguma forma os ex-moradores incidam na elaboração, execução e fiscalização do projeto", afirma Toninho.

A ADMDS também continuará na luta para que o prefeito Carlinhos (PT) desaproprie o terreno do Pinheirinho para construção de mais casas populares para zerar a fila da moradia na cidade.

"Os governos federal, estadual e municipal, que foram coniventes com a violenta desocupação e negligenciaram o déficit habitacional em São José, têm uma dívida social com essas famílias. Vamos cobrar!", concluiu Toninho. ■

Policiais são indiciados

Com pressão, no mês passado, foram indiciados 14 policiais acusados de tortura e violência sexual a moradores do Campo dos Alemães no dia da desocupação. A luta é para que a Guarda Municipal, que feriu a bala um morador do Pinheirinho, no mesmo dia, também seja responsabilizada.

"Seguiremos mobilizados por justiça e reparação dos danos morais e materiais sofridos pelos moradores, que foram expulsos de suas casas e até hoje não receberam de volta seus pertences", disse Toninho.

35 anos das prisões da Convergência Socialista

Há 35 anos, o regime militar prendia em São Paulo 27 militantes, a maioria da jovem direção da organização Convergência Socialista. Estas prisões foram parte da "Operação Lótus", montada pela repressão para exterminar as organizações de esquerda

VITORIOSA GREVE DE FOME QUE EXIGIU A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS

AMÉRICO GOMES, da Comissão de presos e perseguidos políticos da ex-Convergência Socialista

Em meados da década de 1970 a situação política no Brasil começava a se alterar e o povo a se mobilizar contra a ditadura militar. Nas eleições de novembro de 1974, o voto na oposição evidenciava o grau de repúdio da população. O ditador Geisel reage com o "Pacote de Abril" visando manter o controle do poder em suas mãos. Mas vieram a crise do petróleo e a subida dos juros internacionais da dívida externa, desdobrando-se em aumento da inflação e da dívida interna. Era o fim do "milagre econômico", baseado na superexploração dos trabalhadores e no endividamento externo. Com a crise econômica veio a crise política. Surgiram as grandes mobilizações de maio de 1977. A classe trabalhadora foi à luta golpeou o regime militar, obrigando a acelerar a abertura. A nova situação política leva a queda da ditadura, em 1984.

Em meio a esse processo, a Liga Operária foi organizada no Brasil por quatro companheiros que voltavam do exílio no Chile. Eles saíram do Chile após o golpe de Pinochet, em 1973, seguindo para a Argentina onde encontraram militantes da Fração Bolchevique/Liga Internacional dos Trabalhadores, dirigida por Nahuel Moreno.

De volta ao Brasil, percebem que, diante da nova situação política, o regime militar seria obrigado a acelerar a política de "abertura" o que abriria espaço para uma atuação semilegal e de independência de classe. Observando o fenômeno de crescimento dos partidos socialistas, particularmente, o PS português, durante a Revolução dos Cravos, resolvem lançar o *Movimento de Convergência Socialista* visando fundar um Partido Socialista amplo e legal, formado por trabalhadores e independente dos patrões.

Em janeiro de 1978, o jornal "Versus" convocou uma reunião para discutir o lançamento de um movimento pró-Partido Socialista. A reunião contou com cerca de 300 pessoas e aprovou a proposta de dar ao movimento o nome de Convergência Socialista. Em março, a Convergência Socialista (CS) ganhou notícias na "Folha de S. Paulo", no "Estado de S. Paulo" e no "Jornal do Brasil" por realizar a primeira reunião pública de socialistas, em plena ditadura, no Colégio Equipe de São Paulo. Compareceram cerca de 800 pessoas. Essa reunião foi seguida por outras no Rio de Janeiro, Campinas e no ABC. Sendo também fundado o movimento em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. O "Versus", passa a ser vendido por todos os militantes, além da sua tiragem habitual em bancas. O jornal chegou a distribuir 30 mil exemplares.

CLASSE OPERÁRIA VOLTA A CENA POLÍTICA

Um mês e meio depois, a classe operária deu uma demonstração de força. Pela primeira vez, desde 1968, o 1° de maio foi comemorado com atos independentes em Osasco (SP) e Santo André (SP). Alguns dias depois, a Scania de São Bernardo do Campo (SP) entra em greve. Na sequência, dezenas de fábricas metalúrgicas da região do ABC paulista pararam, numa onda que se estenderia para São Paulo nos meses de junho e julho. Abria-se a mais importante onda de greves da história do país.

A Convergência, que já vinha intervindo no ABC, e particularmente em Santo André, através dos metalúrgicos resolveu publicar seu primeiro jornal legal em apoio aos grevistas. Um número especial do jornal "Versus" teve como título "A palavra da Convergência Socialista" e tiragem de 10 mil exemplares.

Ao mesmo tempo, começou a organizar sua participação nas eleições para governadores, deputados e senadores de 1978. A política era apoiar candidatos operários e socialistas, que só poderiam concorrer pelo MDB, único partido de oposição que podia existir legalmente na ditadura. Para apoiar esses candidatos, a CS exigia que concordassem com um programa e que defendessem publicamente a proposta de construir um partido socialista.

Dando sequencia a esta política, a CS convocou uma Convenção Nacional do movimento (para 20 de agosto de 1978) com o objetivo de discutir um programa e votar a proposta de lançar um Partido Socialista legal. A convenção foi realizada em um colégio na cidade de São Paulo, com a presença de 1.200 pessoas.

No entanto, em junho os órgãos de repressão prenderam militantes da CS em Brasília, prenunciando a repressão que viria. Mas isso não foi identificada pela direção da organização. Consequentemente, dois dias depois da convenção o regime militar resolveu dar um basta e impedir a legalização do PS, prendendo e processando a direção.

Foram presos 25 militantes, a maioria do Comitê Executivo do clandestino PST/LO. Entre eles estava Nahuel Moreno. Sua prisão significava uma ameaça direta à sua vida, já que Moreno, naquela época exilado na Colômbia, podia ser deportado para a Argentina, o que significaria a morte nas garras da ditadura genocida que massacrou mais de 40 mil pessoas. Para salvá-lo os presos realizaram uma greve de fome que durou 14 dias. Também foi realizada uma enorme campanha nacional e internacional por sua libertação. A campanha surtiu efeito e Moreno é expulso para a Colômbia.

Mas dez dirigentes da CS permanecem presos até dezembro e foram indiciados na Lei de Segurança Nacional e depois, anistiados.

PROPOSTA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A proposta do PS tinha sido uma hipótese de trabalho. O fundamental era a estratégia de construir um partido operário com independência de classe. Era necessário elaborar um novo projeto de independência de classe. Nahuel Moreno, observando o surgimento da corrente sindicalista no processo de greves, propôs que a CS lancesse a ideia de formar um Partido dos Trabalhadores.

Em janeiro de 1979, a CS lança a proposta de construir um PT. Ela foi transformada numa moção e levada ao congresso do Sindicato de Metalúrgicos de Santo André por José Maria de Alemeida onde foi aprovada. Em seguida, ela é apresentada pelo próprio Zé Maria, delegado do sindicato de Santo André, ao congresso dos metalúrgicos do estado de São Paulo, realizado em Lins. O congresso aprovou em a proposta.

Em março, o governo de João Batista Figueiredo assumiu sob o signo de novas e mais fortes greves dos metalúrgicos do ABC e do interior paulista. A CS interveio ativamente e desempenhou um papel de destaque em Santo André, São Caetano, Jundiaí e São José dos Campos. Os órgãos de repressão assinalam que a CS era a organização mais ativa a intervir nas greves, e ela foi atacada diretamente pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo.

A ousadia sempre foi a principal marca da Convergência Socialista na luta contra a ditadura. Apesar dos golpes da repressão, a ditadura não conseguiu nem destruir nem desestruturar a organização.

VEM AÍ, O...

Primeiro Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta

Saiba mais...

Confira a programação completa do encontro em **mulheresemluta.blogspot.com**

CAMILA LISBOA, da Executiva Nacional do Movimento Mulheres em Luta

O Brasil explodiu com lutas e manifestações. A insatisfação com o aumento das passagens do transporte, o caos na saúde e na educação, a alta dos preços, etc., foi para as ruas com milhares de pessoas. As manifestações trouxeram rostos jovens e femininos. Segundo uma pesquisa do Datafolha, as mulheres formavam 57% da manifestação, do dia 17 de junho, em São Paulo.

Em todos os protestos estavam presentes reivindicações de luta contra a violência machista e contra o Bolsa Estupro, projeto que impõe a maternidade compulsória à mulher vítima de estupro. Ela receberia verba para criar a criança concebida pela violência. As "Marchas das Vadias", construídas sob esse novo contexto, reforçaram os gritos de luta.

No dia 11 de julho, greves, paralisações e manifestações de rua foram fundamentais para avançar nessa unidade. Em meio à paralisação de fábricas e bloqueios de rodovias, se destacou a forte presença de mulheres à frente das ações. Junto às mulheres trabalhadoras, cresceu o ânimo para lutar por salário igual para trabalho igual, contra a violência e para mostrar que as mulheres trabalhadoras são fortes e podem ser decisivas na luta.

A força das mulheres no dia 11 de julho foi fundamental para colocar na pauta de reivindicações do dia 30 de agosto a luta por salário igual para trabalho igual. No Brasil, as mulheres chegam a receber até 30% a menos do que homens. O dia 30 promete ser mais um momento de protagonismo para as lutas das mulheres.

CONSTRUINDO UMA ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO E LUTA

Nos dias 4, 5 e 6 de outubro, o Movimento Mulheres em Luta (MML) vai realizar seu 1º Encontro Nacional. O movimento de mulheres no Brasil perdeu uma referência combativa. Por isso, é necessário construir uma alternativa classista e independente para a organização das mulheres.

Muitas organizações dos movimentos sindical, popular e estudantil que encabeçavam a resistência da classe trabalhadora e das mulheres passaram a ser base de apoio do governo do PT. Um exemplo é a Marcha Mundial de Mulheres, principal referência de organização feminista no país, que continua levantando as bandeiras das mulheres, mas se abstendo dos necessários enfrentamentos com os governos do PT.

DILMA E O MACHISMO

A eleição da primeira mulher à presidência do país consolidou o apoio da Marcha Mundial de Mulheres aos governos do PT. No entanto, é um equívoco pensar que basta ter uma mulher na presidência para que as mulheres trabalhadoras sejam favorecidas.

A eleição de uma mulher ajuda a romper com a ideia de que as mulheres não podem ter qualquer atuação política. Entretanto, a marca fundamental do governo Dilma são as privatizações, os cortes orçamntários nas áreas sociais, e o pagamento da dívida pública. Ou seja, o fortalecimento dos banqueiros, empresários e latifundiários em detrimento dos interesses das mulheres trabalhadoras.

Em relação aos direitos das mulheres, Dilma não cumpriu sua promessa de campanha de construir mais 6 mil novas creches, não garantiu investimento para que a Lei Maria da Penha seja cumprida e, também, foi responsável por grandes retrocessos na luta pela legalização do aborto no país. Esse balanço reafirma a postura que vem orientando o Movimento Mulheres em Luta: não basta ser mulher, é preciso governar para homens e mulheres da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a realização do I Encontro Nacional do MML busca dois grandes desafios: promover o encontro das lutas das mulheres jovens e trabalhadoras (expressa nas manifestações de junho e de julho) e consolidar uma alternativa de organização classista que se enfrente com os governos para conquistar os direitos das mulheres. Só assim é possível mostrar que a luta contra o machismo é parte fundamental da luta contra a exploração e pela construção de uma sociedade socialista. ■

29 de Agosto: Dia da Visibilidade Lésbica

BABI BORGES e CAROL RODRIGUES, das Secretarias LGBT e de Mulheres do PSTU

Só em 2012, o "Disque 100", serviço de denúncia telefônica da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, registrou 6.809 casos de violação dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT).

No ano passado, o número de mulheres assassinadas por serem homossexuais foi quase cinco vezes maior que a média de assassinatos dos últimos 20 anos, segundo um estudo do Grupo Gay da Bahia.

Nosso país é campeão mundial em assassinatos por homofobia. É o sétimo colocado em assassinato de mulheres e concentra 44% das mortes por homofobia praticadas em todo o mundo. Como se não bastasse, em quatro anos os casos de estupro cresceram 157% no Brasil.

Esses dados, porém, são subestimados. O poder público não produz estudos aprofundados, evitando trazer à luz o nível de violência sofrido pelas mulheres e LGBTs.

O "ESTUPRO CORRETIVO" E A INVISIBILIDADE LÉSBICA

Os "estupros corretivos" vêm aumentando. Essa atrocidade baseia-se na ideia de que a homossexualidade feminina pode ser "curada" pelo estupro e é uma ameaça constante na vida de milhares de lésbicas. Esse crime é uma das piores consequências da combinação do machismo com a homofobia.

O descaso frente a essa dupla opressão é o que chamamos de "invisibilidade lésbica", que reflete a repressão histórica imposta à mulher, subjugada em sua sexualidade e reduzida ao papel de reprodutora.

As mulheres trabalhadoras são ainda mais suscetíveis à violência, sofrendo a opressão intensificada pela exploração cotidiana e pela falta de políticas públicas.

GOVERNO E PODER PÚBLICO DIANTE DESTA SITUAÇÃO

Em meados de junho, o deputado federal Feliciano aprovou a "Cura Gay" na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados. Milhares foram às ruas pelo "Fora Feliciano". Pela pressão das manifestações o projeto foi retirado.

Apesar de dizer em seus pronunciamentos *"o governo está ouvindo a voz das ruas"*, é sempre bom lembrar que foi o PT o partido responsável por Feliciano ocupar a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Para nós, o exemplo vem dessas mobilizações que derrubaram o aumento das tarifas e o projeto de "cura gay". Por isso, o PSTU estará nas atividades do Dia da Visibilidade Lésbica, exigindo que Dilma criminalize a homofobia e vete ao "Bolsa Estupro". ■

Toda solidariedade à revolução Síria

ALDO SAUDA, correspondente no Oriente Médio

RESISTÊNCIA IMPROVISA LANÇAMENTO DE BOMBA DE FABRICAÇÃO CASEIRA USANDO UMA CATAPULTA, em Aleppo. 20 de outubro de 2012

As armas são escassas. A comida também. Para se proteger dos ataques químicos do regime, há poucas mascaras de gás. Mesmo assim, os revolucionários sírios que batalham o regime tirânico de Bashar Al Assad seguem firmes em sua luta.

A recente onda de vitórias militares do regime sírio, boa parte da qual ocorreu com ajuda direta de grupos armados estrangeiros, como a milícia libanesa Hezbollah, tem elevado a moral dos apoiadores da ditadura. Tais ganhos, somados ao discurso triunfalista de Assad, têm imposto a impressão de que o regime caminha a uma vitória militar sobre a revolução.

Esta linha, por exemplo, foi expressa pelo mais importante dos generais norte-americanos, o chefe do Estado-Maior, Martin Dempsey. Segundo Dempsey, há uma a favor de Assad, que dificilmente será derrotado pela oposição. Segundo tal raciocínio, qualquer medida militar que não seja uma invasão total dos Estados Unidos à Síria não teria sentido. Afinal, para que armar uma guerrilha que irá perder?

A realidade no campo de batalha, porém, é outra. Apesar de o regime ter reconquistado territórios na região central do país, avanços importantes dos rebeldes no norte e, principalmente, na capital Damasco, revelam o outro lado da guerra: como pequenas melhoras nos armamentos dos revolucionários acabam produzindo enormes avanços na luta pela libertação da Síria.

Foi isto o que ocorreu quando o Exército Livre da Síria (ELS) e seus aliados conquistaram armazéns militares do regime próximos à capital. A partir destes saques, as brigadas da região de Damasco passaram a contar com modernas armas anti-aéreas que as potências ocidentais negam fornecer ao rebeldes.

Contra todas as expectativas de que os mesmos seriam incapazes de manusear o equipamento, em poucos meses os revolucionários já estavam derrubando os aviões e helicópteros da ditadura, revertendo, assim, a conjuntura militar na capital. Bairros próximos ao centro da cidade, como Jobar, Salhiye e Bab Touma, tidos como preciosos para o regime, hoje estão sendo disputados pelos rebeldes. Esta nova realidade é produto direto das novas armas.

O desequilibro tecnológico brutal que separa Assad de seus inimigos é hoje o único elemento que tem garantido a sobrevivência do regime. O tirano conta, em seu arsenal, com caças MiG e helicópteros de ataque, armamentos que lhe garantem supremacia no ar. O ditador tem em suas mãos tanques de baixo, médio e alto poder de fogo, além de peças de artilharia moderna e munição ilimitada.

Os revolucionários, que carecem dos armamentos mencionados, sequer possuem meios adequados para combatê-los, como as armas antiaéreas recém capturadas em Damasco. Para piorar a situação, sofrem com crises crônicas de abastecimento. Durante a principal ofensiva da oposição em Aleppo, no norte da Síria, os rebeldes abortaram seus avanços porque literalmente não tinham mais balas.

Segundo A., um ex-operário, hoje dirigente de um dos batalhões de Damasco, a inflação no mercado ilegal, sua principal fonte de armas, impede de um armamento adequado de seu batalhão. “Um lote de 30 magazines para um fuzil AK-47 [mil balas] custa hoje, em média, US$ 1.400”, afirma o guerrilheiro. “Durante o início da revolução, custava mais o menos US$ 200”, diz.

“Para enfrentar a principal arma do arsenal de Assad, o tanque T-72, de fabricação russa”, explica o dirigente, “precisamos de bazucas de tipo LPG-N29”. O preço deste equipamento é de US$ 70 mil.

Em meio ao isolamento, a capacidade de revolucionários como A. de arrecadar fundos para comprar armamentos é pequena. Afinal, além das demandas militares, cabe aos lutadores sírios alimentar sua própria base social, que sofre as dores da fome e da falta de abrigo causadas pela guerra.

Soma-se a isso o fato de terem de equilibrar uma precária unidade de ação com grupos islamitas ultrarradicais, normalmente melhor armados. Organizações como a filial da Al Qaeda na região, o Estado Islâmico do Iraque e Grande Síria, têm fontes de financiamento muito mais sólidas, vindas dos países do golfo, do que grupos como o Batalhão da Unidade, dirigido pro A.

Ao Estado Islâmico, mais interessa matar muçulmanos integrantes de seitas minoritárias, como os alauítas, grupo ao qual se integra a família do ditador Bashar Al Assad, do que avançar a luta por uma Síria democrática e livre. Sua luta apenas se confunde com a revolução síria, sendo ela, na essência, distinta.

Em algumas zonas revolucionárias libertas do julgo da ditadura de Assad, os islamitas radicais têm tentado impor suas próprias leis e concepções de mundo. Porém têm enfrentado dura resistência, não só de grupos armados como o Batalhão da Unidade, mas também de organizações da juventude, como a União dos Estudantes Livres da Síria, que participou do segundo congresso da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), no Brasil, ou dos ativistas palestinos do Comitê de Coordenação Local do campo de refugiados de Yarmouk, convidados especiais da CSP-Conlutas no Fórum Social Mundial da Tunísia, ocorrido em março deste ano.

Yarmouk é um espaço de importância simbólica na resistência à ditadura Assad. Principal campo de refugiados palestinos da Síria, o espaço era usado como carta política pela ditadura para dar-lhe o verniz de regime anti-imperialista. Desde o início da revolução, o campo de refugiados se levantou contra Assad, sendo violentamente bombardeado desde então.

Em meio à destruição e morte causadas pela guerra, a força política e moral da solidariedade operária é muitas vezes decisiva. Apoiar setores com o Batalhão da Unidade, a União dos Estudantes Livres da Síria ou o Comitê de Coordenação Local de Yarmouk é certamente a tarefa central de qualquer revolucionário internacionalista. Mãos a obra!

Trotsky e a luta pela revolução socialista mundial

Em 20 de agosto de 1940, o revolucionário russo era assassinado por agente do stalinismo.

DA REDAÇÃO

No momento em que, no Brasil, a classe trabalhadora e a juventude retomam a ofensiva política, o *Opinião Socialista* abre mais uma vez uma de suas páginas para homenagear Leon Trotsky.

Trotsky teve papel destacado na Revolução Russa de 1917, sendo o Presidente do Soviet (Conselho) de Petrogrado, um dos principais organismos de poder revolucionário.

Ele ocupou papel fundamental, também, à frente do Estado Operário, principalmente quando assumiu a tarefa de construção do Exército Vermelho, ferramenta decisiva para vitória da nascente República dos Conselhos Operários na guerra civil.

Por trás do falso argumento da consolidação do Estado Russo, em detrimento da expansão da Revolução para outras partes do mundo, Stálin assumiu o controle do poder e impôs uma dinâmica de afastamento completo do projeto original da Revolução Russa. Para destruir as bases da Revolução Soviética, Stálin teve que expurgar, e até assassinar, a esmagadora maioria dos líderes bolcheviques.

Trotsky se opôs veementemente a essa contra-revolução stalinista e foi expulso do Partido Bolchevique e da União Soviética. Assim, o revolucionário iniciou um longo exílio por vários países, sempre defendendo as ideias da revolução socialista e proletária.

A TAREFA MAIS IMPORTANTE

Com burocratização da URSS, Trotsky se dedicou ainda mais à elaboração teórica marxista, à orientação política e programática aos militantes que atuavam nos processos revolucionários da época e à defesa de sua moral revolucionária contra as calúnias e difamações do stalinismo.

Em 1938, Trotsky realizou o que ele mesmo considerou o trabalho mais importante de sua vida: a construção da IV Internacional. Trotsky soube enxergar a importância de dar uma continuidade às ideias bolcheviques, frente à degeneração burocrática da III Internacional e dos partidos comunistas, todos controlados por Stalin.

Em 1940, no dia 20 de agosto, quando Trotsky estava exilado no México, um agente da GPU (polícia política russa), assassina o revolucionário russo de forma covarde, aplicando um golpe fatal pelas costas. Hoje, está comprovado que este terrível assassinato ocorreu a mando de Stalin, com objetivo de calar a voz de Trotsky e banir as suas ideias do movimento operário internacional.

A ATUALIDADE DAS IDÉIAS DE TROTSKY

O stalinismo não conseguiu banir o legado de Trotsky e os processos revolucionários atuais servem como confirmação histórica da validade das suas ideias fundamentais.

A crise econômica internacional demonstra o fracasso completo do capitalismo como um sistema que possa garantir o progresso do conjunto da humanidade.

As revoluções no Norte da África e Oriente Médio, as lutas dos trabalhadores europeus e a retomada das mobilizações populares e dos trabalhadores no Brasil, vêm demonstrar o caráter internacional das lutas contra o capitalismo. Também reafirmam a urgência de uma saída socialista que acabe com a toda exploração e opressão.

A persistência de governos de conciliação de classe em vários países, formados por partidos de origem operária aliados a partidos burgueses, como os governos do PT, também coloca, mais válida do que nunca, a luta de Trotsky pela independência política da classe trabalhadora.

Em contraposição à colaboração de classes, ele sempre defendeu a aliança de todos os explorados e oprimidos. A classe operária é a única classe social que por sua localização na produção capitalista, poderá cumprir a tarefa histórica de liderar a maioria do povo na luta para acabar com o capitalismo.

A libertação da classe trabalhadora será obra dos próprios trabalhadores. Portanto, é extremamente atual o combate realizado por Trotsky para construir os organismos independentes da classe, que unifiquem, no curso das mobilizações, os trabalhadores e a maioria do povo.

Assim, como os bolcheviques defenderam o papel dirigente dos Soviets na Revolução Russa, defendemos que deverão ser os organismos independentes da classe trabalhadora os responsáveis por definir, de forma democrática, os caminhos da luta contra o capitalismo e pela construção do socialismo.

À defesa da Revolução Socialista, do internacionalismo operário, da independência de classe, do papel protagonista da classe operária e da construção de organismos de poder dos próprios trabalhadores, se soma a luta de Trotsky pela construção de partidos socialistas e revolucionários.

Infelizmente, uma parte daqueles que tem a sua origem nas ideias de Trotsky, como algumas correntes internas do PSOL, abandonou a tarefa inadiável da construção direta de partidos revolucionários para integrarem a novos partidos reformistas, chamados por eles de "anticapitalistas". Tratam-se, na verdade, de partidos que priorizam a atuação parlamentar, aceitando os limites impostos pela democracia dos ricos, e abandonando a estratégia do socialismo.

Nesse sentido, a principal homenagem que os militantes do PSTU e da LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Intencional) podem prestar ao legado teórico de Trotsky é fazer um chamado a todos que estão nas lutas para que se dediquem à construção de verdadeiros partidos socialistas e revolucionários.

Partidos que combinem as reivindicações e lutas mais imediatas com o combate mais geral: o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista. ■